

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA APLICADA

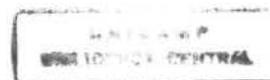
**O MODELO TEÓRICO INTEGRAL DE TRADUÇÃO  
EM FRANCIS HENRIK AUBERT:  
ENTRE A NECESSIDADE E A IMPOSSIBILIDADE**

Élida Paulina Ferreira

Orientador: Dr. Paulo Roberto Ottoni

Dissertação apresentada ao Departamento de  
Linguística Aplicada do Instituto de Estudos  
da Linguagem da Universidade Estadual de  
Campinas como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em Linguística  
Aplicada

IEL - UNICAMP - 1998



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	F413m
V	Ex
T. Nº BC	35410
PROC.	395/98
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	09/10/98
N.º CPD	

CM-00117538-4

## FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

F413m	<p>Ferreira, Élide Paulina</p> <p>O modelo teórico integral de tradução: entre a necessidade e a impossibilidade / Élide Paulina Ferreira. - - Campinas, SP: [s.n.], 1998.</p> <p>Orientador: Paulo Roberto Ottoni</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Tradução e interpretação. 2. Derrida, Jacques, 1930- I. Ottoni, Paulo Roberto. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
-------	--

COMISSÃO JULGADORA



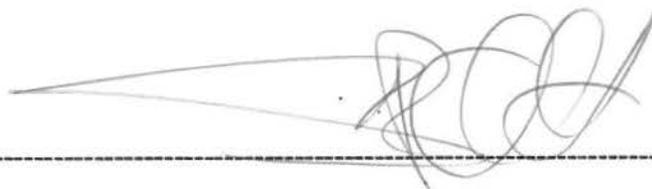
---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nina Virgínia de Araújo Leite



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Carneiro Rodrigues



---

Prof. Dr. Paulo Roberto Ottoni

Este exemplar é a redação final da tese  
defendida por ÉLIDA PAULINA FERREIRA

---

e aprovada pela Comissão Julgadora em

28 / 08 / 98



Para o Érico e a Nina,  
carinhosamente.

Agradeço ao Paulo pelo estímulo e carinho, decisivos para que esse trabalho fosse produzido. Obrigada.

Agradeço à professora Nina e ao professor João Azenha pelas críticas e sugestões valiosas por ocasião do Exame de Qualificação.

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro de 1996 a 1998.

Agradeço aos meus professores do Instituto de Estudos da Linguagem pela formação recebida: Kanavillil Rajagopalan, Rosemary Arrojo, Nina Virgínia de Araújo Leite e Paulo Ottoni.

Ao Zola pelo companheirismo e estímulo. Aos meus amigos, sempre presentes.

## RESUMO

Essa dissertação aborda, a partir de uma análise da obra de Francis Henrik Aubert, a resistência da tradução à sistematização no interior de uma teoria. Detecto em sua teorização uma tensão que revela um conflito fluando entre a admissão da provisoriabilidade da tradução e a elaboração de construtos para controlá-la, pela tentativa de limitação da intervenção do tradutor, supostamente isento em relação ao seu objeto, a língua.

Proponho uma leitura da trajetória e dos compromissos teóricos de Aubert, a partir do seguinte recorte: um perfil geral da sua reflexão teórica, abrangendo várias áreas de atuação; o modelo integral, que inclui a abordagem lingüística, a cultural e as “(In)Fidelidades da Tradução”, quando o autor propõe redimensionar o papel tradicionalmente atribuído ao tradutor e à tradução; e a encenação da resistência da tradução à sistematicidade em Aubert, analisada através do *double bind*.

A dimensão desconstrutivista mostra que a tradução, através da língua, é necessária e impossível e que o tradutor, ao traduzir, não se separa do seu objeto a, língua. Esse duplo endividamento entre o tradutor e o seu objeto revela o *double bind*, que não se analisa integralmente e deflagra a resistência. Em Aubert, aponto um jogo duplo, em sua reflexão, entre necessidade e impossibilidade, que encena a resistência da tradução à sistematização.

## SUMMARY

The main goal of this thesis is to discuss the resistance of translation to the systematization within a theory. Based on the analysis of the work of Francis Henrik Aubert, I have detected a tension which reveals a conflict between his admission that translation is provisional and his attempt to control it, by trying to limit the translator's intervention, supposedly free from his object, the language.

I shall propose this study of Aubert's theoretical compromises, guided by the sequence of themes, such as it follows: an overview of his theorization, including the discussion of selected articles dealing with linguistics, terminology, translation and computers, translation and linguistics, cultural translation, translation and the role of the translator, translation and the university. From this study I discuss the *modelo integral*, which includes the approaches that the author proposes to explain the translation and the role of the translator. And, finally, the resistance of translation to systematization is discussed, in Aubert's theorization, which is shaken by the *double bind*.

The deconstruction shows that the translation, through the language, is necessary and impossible; and that the translator, while translating, is not free from his object, the language itself. This double commitment between the translator and the language reveals the double bind, which can't be totally analysed and provokes resistance. I point out a double strategy at stake, which marks the resistance of translation to systematization within a theory.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.09
-----------------	------

### I. CAPÍTULO I

1. PERFIL: visão geral de alguns caminhos percorridos por Francis Aubert.....	p.12
1.1 Aubert e a Linguística: em busca de uma língua estável.....	p.13
1.2 Aubert e a Ciência da Tradução: a herança da linguística e a busca por uma tradutologia .....	p.17
1.3 A Tradução Cultural: reeditando a abordagem linguística.....	p.24
1.4 As (In)Fidelidades da Tradução: rompimento com a tradição?.....	p.29
1.5 Tradução, Terminologia, Informática: por uma abordagem interdisciplinar.....	p.32
1.6 A profissão e a Formação de Tradutores: a autonomia da tradução e da terminologia.....	p.38
2. O Perfil Recortado.....	p.44

### II. CAPÍTULO II – O Modelo Integral em Francis Henrik Aubert

1. Abordagem Linguística da Tradução: modelos e ilusão de sistematização.....	p.48
2. Problemas e Desafios da Tradução Cultural em Aubert.....	p.57
3. Os Desvios da Tradução: três questões polêmicas em Francis Aubert.....	p.63

3.1 Apagamento Impossível.....	p. 71
3.2 Traduzir é Desviar.....	p. 78
3.3 Tradutor Autônomo.....	p. 86

### III. CAPÍTULO III

1. <i>Double bind</i> e Núcleo Intacto: a resistência da tradução à sistematização em F.H. Aubert.....	p. 94
---	-------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 107
---------------------------------	--------

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação discute, a partir de conflitos que detecto na obra de Francis Henrik Aubert, a maneira como a tradução resiste ao fechamento, no interior de uma teoria e de modelos teóricos que tentam controlar a intervenção do sujeito, sustentados na idealização de isenção na relação tradutor/língua.

Parto da idéia segundo a qual a resistência da tradução à sistematização aparece na obra de Aubert, sob a forma de conflito entre a necessidade pela estabilidade e a admissão da impossibilidade de alcançá-la. Entendo que isto que, nessa dissertação, chamo de conflito remete-nos ao dilema da tradução: necessidade e impossibilidade, a que Derrida chama de *double bind*. Assim, trata-se de, com base na análise de um recorte da obra de Aubert, detectar ali tensões, demonstrar de que forma elas contribuem para reforçarmos a tese de que a tradução resiste à sistematização e ao enquadramento e avaliar em que medida a sua teorização é perturbada pelo *double bind*, que, segundo Ottoni, mostra através da língua que a tradução é possível e impossível, que a fidelidade pretendida é uma ilusão teórica necessária e impossível. O *double bind* constitui um lugar onde se encena a reciprocidade entre a língua e a tradução (cf.1998a:05).

Como há reciprocidade entre língua e tradução, ao traduzirmos ou teorizarmos sobre tradução, é impedida, também, a isenção do sujeito em relação a este objeto. Derrida observa: “Nenhuma teorização, já que é produzida na língua, será capaz de dominar a performance babeliana”<sup>1</sup> (1985a:175). Por performance babeliana o autor entende a insolvência marcada pelo nome próprio Babel: que se traduz e não se traduz,

---

<sup>1</sup> Esta e as outras traduções das citações são minhas, exceto as indicadas na bibliografia.

pertence sem pertencer à língua e endivida-se por um débito insolvente, a si como se fora outro (cf.p.184). Então, a intervenção do sujeito, seja ele o tradutor ou o teórico, é inevitável e incontrolável.

Como a tradução resiste à plenitude, e dá lugar à interpretação, qualquer texto será sempre provisório, mesmo para quem o produz. O sentido estará sempre em deslocamento. Sobre o endividamento entre original e tradução, Derrida afirma: “O original é o primeiro devedor, o primeiro peticionário; ele começa em falta e clamando por tradução” (p.184). Ao comentar o mito de Babel, fazendo referência à imposição do nome de Deus aos Semitas, o autor declara que, ao impor e opor a sua lei à da tribo, Deus demanda por tradução. Está, também, endividado e não cessa de clamar pela tradução de seu nome, embora a tenha interdito (cf.p.184).

O endividamento se instaura em face da língua, ou melhor da multiplicidade de línguas em uma mesma língua. Isto impede a unicidade, a transparência e a plenitude. A tradução, então, instaura-se em termos de um duplo endividamento, um *double bind*, que, segundo Derrida, “está na lei” e é “insolvente em ambos os lados” (pp.184-185); e define-se em face de uma aporia: necessidade e impossibilidade (p.170). Por isso resiste ao fechamento, à teoria. A tradução não se fecha e o sentido é sempre diferente e adiado.

No primeiro capítulo, apresento um perfil geral da reflexão de Aubert em várias áreas de atuação, apontando compromissos teóricos e delineando a justificativa para estudar a sua teorização em termos de resistência. A partir dessa análise, proponho, no segundo capítulo, a discussão do modelo integral. Trata-se de, via as reflexões sobre *double bind*, numa dimensão desconstrutivista, propor uma leitura do modelo integral em Francis Henrik Aubert e do jogo que compõe a sua reflexão, delineando seu compromisso com a ciência lingüística e de que forma a sua teorização está amarrada a

esse compromisso. No terceiro capítulo, estudo de que forma esta teorização é perturbada pelo *double bind* e como a tentativa de controlá-lo encena a resistência da tradução à sistematicidade.

A partir desse recorte e de uma dimensão desconstrutivista aponto que, de maneira geral, ele admite a intervenção, do tradutor; mas, propõe uma abordagem que busca os seus limites. De um lado, ele admite a provisoriedade da tradução - ao assumir o tradutor como produtor-; de outro lado, deseja controlar tal provisoriedade, buscando na língua um núcleo de estabilidade que coloque a tradução em termos de uma possibilidade relativa, supostamente controladora da intervenção do tradutor. Há um conflito, que o autor busca resolver, mesmo sabendo que esta busca é vã e que se realiza apenas como tentativa. Nessa busca que ele sabe vã, necessita de construções (parâmetros, construtos, núcleo estável, tradutor-mediador) para levar adiante o que acredita ser a possibilidade da tradução. Necessita, porque sabe que a tradução resiste à apropriação e à sistematização em uma teoria. Mas, mesmo assim, persegue-a, para levar adiante um projeto integral da tradução, “na medida do possível”.

O seu projeto tradutório sustenta-se na ilusão de pureza das relações sujeito/objeto e língua/cultura. Todavia, sua teorização é perturbada, revela que tal pureza não é possível e encena o *double bind*, esse jogo duplo entre necessidade e impossibilidade.

## CAPÍTULO I

### 1. PERFIL: visão geral de alguns caminhos percorridos por Francis Henrik Aubert.

Nesse perfil quero apontar os aspectos que considero conflitantes da reflexão de Aubert, que oscila entre a busca por um modelo ideal que regulamente a intervenção do tradutor, ou do pesquisador, ou do terminólogo, supostamente isento em relação ao seu objeto (a língua); e a admissão de impossibilidade de pureza na relação sujeito/objeto e de controle pleno da subjetividade. Trata-se de apresentar uma visão, um panorama da sua produção, em que se possa reconhecer o recorte do qual me aproprio para apresentar a leitura do que chamo de conflito teórico em Francis Henrik Aubert.

Para compor o perfil da produção aubertiana, estabeleci que o material de consulta seria circunscrito a artigos publicados em revistas especializadas e anais, salvo uma ou outra exceção, e a quatro livros que marcam momentos importantes da obra do autor: **Introdução à Metodologia da Pesquisa Terminológica bilíngüe**, **As (In)Fidelidades da Tradução – servidões e autonomia do tradutor**, **Askeladden e Outras Aventuras** e **Novas Aventuras de Askeladden**. Sem pretender sugerir uma evolução cronológica do percurso aubertiano, organizei este material por assunto compondo seis conjuntos, que, embora estejam aqui separados, se entrecruzam e não representam momentos isolados.

A data de 1974 marca, na minha visão, o início da produção acadêmica, quando Aubert defende, pelo Departamento de Lingüística e Línguas Orientais da Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, a tese de doutorado **Estruturas Silábicas do Português do Brasil**.

Passemos, a partir desse momento, ao perfil, propriamente, com o panorama de sua produção.

### 1.1 AUBERT E A LINGÜÍSTICA: em busca de uma língua estável.

O tipo de reflexão feita por Aubert, como lingüista, reflete uma época em que a lingüística estrutural e formal se fortalecia como disciplina legítima e como ciência. É um momento em que os estudos da descrição da língua abundam e assumem grande relevância para o progresso dessa ciência. A sua concepção de língua, que vai nortear as abordagens propostas, está comprometida com o modelo de ciência praticado pela lingüística, que, para se constituir e se manter enquanto tal, apega-se ao ideal de separação entre sujeito e objeto; buscando, dessa forma, uma análise objetiva dos fatos da língua, pelo controle da subjetividade do pesquisador.

Esse primeiro conjunto selecionado consiste, basicamente, de publicações na área de lingüística, versando sobre estrutura silábica, suprasegmentalidade, foco, estrutura verbal e processos de adjetivação no inglês e português. Assumo que, nesse momento, Aubert está comprometido, até por via da sua formação, com uma abordagem estruturalista da linguagem e utiliza-se largamente da análise contrastiva. Como amostragem, utilizo os seguintes textos: *Algumas Considerações sobre a Estrutura do Núcleo Verbal* (1976 a), *Para uma Definição Estrutural da Sílabas* (1976 b), *O Verbo Mandar e suas Correspondências em Inglês* (1976 c), *Processos de Adjetivação em Português e Inglês* (1977), *Regras de Combinatória Fonológica do Português do Brasil*

(1978 a), *Preliminares para um Estudo Perceptivo da Intoação Interrogativa em Português* (1978b), *A Suprasegmentalidade* (1978 c), *Foco, Sintaxe e Entoação* (1978d) e *Descrição Perceptiva da Entoação da Frase Interrogativa em Português* (1981a).

Há um comprometimento do autor com um modelo de ciência sustentado pela dicotomia sujeito/objeto, apontando na direção da isenção do pesquisador em relação ao seu objeto, a língua. É a busca de objetivação da intervenção do pesquisador pelo afastamento da subjetividade, baseado na construção de uma língua estável que não escape à manipulação deste pesquisador, que estabeleceria com essa língua uma relação de pureza, ou seja, não restariam traços da língua do pesquisador na língua da ciência. Esse comprometimento teórico, se assim o podemos chamar, terá uma forte repercussão nas suas reflexões mais centradas na tradução, especialmente no que se refere à intervenção do tradutor.

Aubert, em suas descrições de aspectos lingüísticos, busca, via de regra, uma abordagem objetiva e sistemática para explicar a língua e seus fatos, mesmo considerando o risco da subjetividade. Assim, ao considerar sobre a estrutura do núcleo verbal, ele afirma: “Defrontado com um corpus, o pesquisador necessita de um conjunto de critérios que, levando em conta a totalidade do fato lingüístico, lhe permita identificar e distinguir as unidades verbais com a menor margem de erro possível” (1976 a :109).

O autor aposta nesses critérios como elementos reguladores da interferência não-controlada e como “garantia” da minimização do “erro”. Busca-se o distanciamento do pesquisador, por meio de critérios, supostamente autônomos e independentes do humano. Mas, embora busque a “garantia” de minimização do “erro”, não descarta a intuição como elemento de partida para a atuação do pesquisador, levando em conta que

esta, a intuição, nem sempre opera conscientemente – e que pode, portanto, escapar ao controle do próprio pesquisador (cf.p.110).

Aceita-se a intuição e os critérios entram para regular esta intervenção, já que o autor considera que é pela aplicação de critérios funcionais, pela análise do contexto de atualização e por testes formais (essencialmente a prova da comutação) que a hipótese será para cada caso confirmada ou inferida. Mais precisamente, do exame de um primeiro inventário, serão procurados os modelos possíveis de atualização verbal que sejam conformes às exigências formais e funcionais (cf.p.109).

Admite-se, desse modo, a intuição como elemento detonador do processo de pesquisa, e estabelecem-se critérios de controle dessa subjetividade, como se estes fossem entidades autônomas e independentes da perspectiva de quem analisa um dado “fenômeno”. Dessa perspectiva podemos supor que o processo investigatório possa ser desvinculado do humano e que o estabelecimento de critérios possa não estar comprometido com um interesse e uma interpretação. Entretanto, o autor sabe da intervenção do pesquisador e que não há possibilidade de controlá-la plenamente, tanto que afirma a tentativa de minimizar “erros” e não de eliminá-los; algum desvio sempre ocorrerá. Considero que esse movimento ocorre, também, quando ele trata de tradução e busca para a atividade tradutória um modelo integral, que se estabelece enquanto tal na medida do possível (cf.Aubert,1984).

Apesar de indicar que não há possibilidade de sistematização, recorre a esta, buscando estabelecer modelos que expliquem os fatos estudados (1978 a:36):

O presente trabalho visa propor a descrição sistemática das regras que regem a combinatória fonológica do português do Brasil, tomando por critério fundamental a posição ocupada pela unidade fonemática ao interior da estrutura

silábica, e por critério secundário a seleção sintagmática entre fonemas e grupos de fonemas.

Busca na língua lugares que considera de estabilidade para propor sistematizações. Apresenta, em uma reflexão sobre uma definição estrutural da sílaba, um pressuposto de universalidade do fenômeno silábico para legitimar um modelo de caráter sistematizante, para descrever a estrutura silábica de qualquer língua natural (cf. Aubert, 1976 b:27).

A preocupação com uma abordagem objetiva é reforçada, quando busca “delinear caminhos que permitam entre nós uma descrição objetiva dos fatos fonéticos da língua desvinculada da dependência de aparelhagem” (1981a:9). Todavia a intervenção do sujeito/pesquisador se impõe e, “a fim de neutralizar os efeitos de uma interpretação subjetiva dos dados, risco maior do procedimento perceptivo”, é impelido a submeter o corpus à avaliação de vários juízes (p.16).

Nessa fase em que o autor se dedica à descrição de aspectos lingüísticos, ao tratar sobre processos de adjetivação e sobre comportamento do verbo *mandar* no inglês e suas correspondências em português, já estão latentes questões pertinentes à tradução. Subjacente à análise de processos de adjetivação revela-se uma visão de tradução comprometida com o conceito de língua que herda da lingüística e que tem relação com a busca de um núcleo estável nas reflexões posteriores sobre tradução. Utilizando-se da análise contrastiva entre português e inglês, Aubert, sustentado pela noção de equivalência entre línguas, busca, então, oferecer resoluções para dificuldades de tradutores (1977:39):

serão apresentados alguns processos da adjetivação em inglês, confrontados com processos equivalentes em português. O enfoque dado busca

essencialmente soluções para as dificuldades encontradas pelo tradutor na passagem do inglês para o português e vice-versa.

Dando continuidade a essa abordagem, Aubert (1976 c:57-58) pretende – mesmo considerando que a modulação do sentido lexical se processa diferentemente em cada língua - propor uma sistemática comparativa entre o português e o inglês, que viria preencher, segundo ele, uma lacuna, deixada por dicionários e gramáticas, e ilustrada através das diversas correspondências ao verbo *mandar* em língua inglesa.

No conjunto destaco a sua ligação com um ideal de língua estável e pura, que chamo de língua da ciência, do modelo de ciência em que se sustenta a lingüística estrutural e formal. Em um pólo coloca-se a língua da ciência e em outro o pesquisador. O compromisso aubertiano e de toda uma geração ligada à lingüística estrutural e formal é tocar essa língua pura e estável sem contaminá-la com a língua do pesquisador, mesmo sabendo ser vã esta busca, seja no âmbito da lingüística seja no campo da tradução.

## 1.2 AUBERT E A CIÊNCIA DA TRADUÇÃO: a herança lingüística e a busca por uma tradutologia.

Os textos que utilizo, nessa parte, são: *Reflexões sobre o Ato Tradutório* (1978 e), *Etapas do Ato Tradutório* (1981 b), *Descrição e Quantificação de Dados em Tradutologia* (1984) e *A Tradução Literal: Impossibilidade, Inadequação ou Meta?* (1987). Em interface com a preocupação de descrição da língua, em 1978, Aubert publicava o ensaio *Reflexões sobre o Ato Tradutório*, abrindo caminho para uma vasta

produção, na área de tradução, comprometida com uma abordagem de orientação lingüístico-estrutural.

Defendo que os trabalhos deste segundo bloco trazem à tona o que considero um conflito do autor, que oscila entre a tentativa de sistematização da tradução e a admissão de limites para tal sistematização. Assumo que se impõe uma tensão na reflexão evidenciada pela oposição de dois pólos: de um lado, o autor busca a integralidade na tradução; de outro, ele aponta limites para tal integralidade. E o conflito se instala, justamente, quando busca limitar tal ambivalência pelo controle do que impede a integralidade: a impossibilidade de pureza da relação sujeito/objeto. É este impedimento que é encenado pelo *double bind*, este estar “entre” a busca de estabilidade, a busca de um núcleo estável e único e a impossibilidade de alcançá-lo; é o que a reflexão de Aubert revela.

O *double bind*, como nota Ottoni (1998a) em concordância com Derrida, mostra através da língua que a tradução é necessária e impossível. A intervenção de uma língua na outra proporciona a produção de significados, só através do *double bind* que um texto se faz outro ao evidenciar que a diferença de significados não é privilégio das diferenças e diferentes línguas, mas de como esta diferença cria uma espécie de tradução recíproca a partir da intervenção do tradutor, que não se liberta da imposição e da intervenção das línguas envolvidas na tradução (cf.p.05). E é porque o tradutor não se liberta da imposição e da intervenção das línguas que não há pureza na relação sujeito/objeto; entre sujeito e objeto estabelece-se um comprometimento do qual não se desvencilham.

É em face dessa imposição e intervenção das línguas envolvidas na tradução que Aubert, ao buscar uma tradutologia, necessita fazer “ouvidos moucos” à subjetividade (cf.1984:71) e, ao propor um modelo científico e “integral para a atividade tradutória”,

precisa admitir que o estabelecimento de tal modelo é “na medida do possível” (cf.1981b:13). Se o modelo “integral” é “na medida do possível”, como poderá ser integral? Aubert já parte em busca de um modelo fechado, apontando para a limitação de tal fechamento. Esse jogo que aponto na sua teorização revela um conflito, flutuando entre o desejo pela integralidade e a admissão de seus limites. É a partir desse conflito que levanto a problemática mesma da tradução instaurada pelo *double bind*: necessidade e impossibilidade. É em face desse conflito que posso falar sobre a resistência da tradução aos modelos propostos por Aubert – seja o modelo integral, seja o modelo cultural (que serão discutidos com mais detalhes no capítulo II).

Assim, em nome de uma cientificidade, Aubert busca uma sistematicidade no campo da tradução e propõe, em *Descrição e Quantificação de Dados em Tradutologia* (1984), um modelo de descrição e quantificação de dados<sup>2</sup>. O autor sabe que a tradução é rebelde à sistematização e às investidas da lingüística, mas sustenta que a busca há de ser feita, “ainda que seja como propunha Hjelmslev (1943) referindo-se ao estudo científico da linguagem como um todo, para chegar-se à constatação de sua inviabilidade” (1984:71-72).

Apesar de sinalizar a resistência da tradução à sistematização e de admitir que sua natureza é multifacetada, Aubert propõe um modelo de quantificação de dados para lidar com o produto da tradução. De outro lado, admite que, para se levar adiante o projeto de “planejar e executar uma ciência da linguagem”, seria necessário “fazer ouvidos moucos ao subjetivo, propaladamente, um dos componentes essenciais do ato tradutório” (p.71). Tal admissão, de fato, revela a limitação da tentativa de sistematização da tradução pela abordagem lingüística, e coloca em xeque o próprio

---

2)Esse modelo baseia-se na proposta de sistematização das modalidades de tradução sugerida, inicialmente, por Vinay e Darbelnet (1958) e retomada por Vinay (1968); as modalidades são concebidas numa escala, desde um grau zero até o limiar do intraduzível (cf.Aubert, 1984:74).

projeto, à medida que este não dá conta da intervenção do sujeito, no processo tradutório. Apesar de afirmar que o seu modelo diz respeito à análise do produto, a Aubert é impedido o isolamento desse produto, de tal forma que não se atinge uma pureza quando da tentativa de separação entre processo e produto. Lembremos que um dos resultados que Aubert espera atingir com o estudo comparativo baseado nas modalidades de tradução é a “delimitação do escopo de liberdade do tradutor dentro dos limites impostos pelas restrições estruturais, culturais e textuais, ou seja, determinar a margem de variação inter- e intra-individual” (1984:73). O autor entra no terreno da intervenção do sujeito, o que impede a dissociação entre produto e processo e impede, ainda, a isenção do próprio teórico, ao analisar o que chama de produto.

Não há como ser isento, ele nos ensina isso, quando afirma ser necessário “fazer ouvidos moucos à subjetividade”. Mas mesmo assim e em nome de um ideal de “cientificidade”, tenta controlar a intervenção do tradutor, ou pelo menos circunscrevê-la em limites, idealizando a possibilidade de olhar para a variação e determinar os seus limites. Este é o conflito que se revela, sempre, que o autor busca formas de controle da tradução: nesse caso, a tentativa é de atingir a “ciência” da tradução, deixando de lado a subjetividade, que como vimos a partir de Aubert é um dos elementos essenciais da tradução. Assim, uma vez que nesse projeto de ciência não há como dar conta da subjetividade, então, é preciso “fazer ouvidos moucos” à sua manifestação.

Aubert leva adiante a sua busca. Propõe o modelo de quantificação de dados para análise do produto da tradução. Busca, na interrelação entre lingüística e tradução, garantia de cientificidade e fornecimento de subsídios para a crítica e prática da tradução: “da teoria, pela descrição, almejando atingir a técnica, este seria o percurso viável, de moldes a propiciar alguma forma de diálogo interdisciplinar” (1984: 72).

A justificativa para o modelo sustentar-se em determinadas categorias de modalidades tradutórias, Aubert a constrói a partir da constatação de que não se tem registro tangível de qualquer um dos mecanismos mentais que presidiram a transmutação de mensagem de uma língua para outra; restando tão somente um produto (cf.p.72). O que resta ao pesquisador, prossegue, é conduzir um estudo comparativo entre os produtos: tradução e original. O modelo adotado possibilita duas abordagens: uma lingüística (refere-se à determinação de regras de tradução ou equivalência); e outra lingüístico-tradutória (remete-se às semelhanças e diferenças lingüístico-textuais encontradas a propósito da análise de determinadas categorias de modalidades tradutórias). Ressalva que as modalidades não devem ser interpretadas como procedimentos de tradução, já que se trata, sempre, de algo observado sobre o produto de um processo, e é a partir destes produtos que cabe ao lingüista fazer suas categorizações e arriscar inferências (p.73).

Por mais que afirme tratar-se de uma análise de produto, ele traz a cena o processo: é um “produto de um processo”. Delimitar onde começa e termina cada um é tarefa complexa - será possível? Aubert conhece bem as limitações que são impostas a sua abordagem (cf.p.73). E há, ainda, as inferências e “algo observado de um produto”: o pesquisador intervém no seu objeto: será produto? ou processo e produto se ligam inevitavelmente? Aubert nos mostra que a sua busca é pela análise do produto, mas indica limitações de se alcançar esse lugar puro e estável, pois há um sujeito que intervém na língua. Por isso ele precisa “fazer ouvidos moucos à subjetividade” e perseguir a sua busca de superação da resistência da tradução, mesmo sabendo que esta busca o poderá conduzir à inviabilidade de controle de um objeto tão rebelde.

Conflito semelhante ao apontado anteriormente retorna, quando Aubert defende a possibilidade da literalidade na tradução, ao afirmar que esta “não constitui algo de

todo inviável” e que fatores diversos “permitem configurar situações que favorecem uma literalidade mais ou menos abrangente” (1987:191-192). É importante notar que as afirmações apontam para a possibilidade de literalidade, mas, conflitivamente, apresentam também limitações. Em outras palavras, o autor defende a tese de literalidade, mas ele mesmo aponta seus limites.

Esta ambivalência permeia todo este seu ensaio. Para ele, o sistema lingüístico está aberto à literalidade, principalmente no que diz respeito à estruturação lexical das terminologias técnicas e científicas (mais marcadamente nas ciências exatas). O autor continua:

como efeito, nelas predomina o denotativo sobre o conotativo, o universal sobre o culturalmente marcado, e, em larga escala, uma relação constante e direta (biunívoca) entre significante e significado, e entre estes, enquanto signo e o referente. (p.191)

Mas, ele próprio ressalta que generalização excessiva pode levar ao erro; há os falsos cognatos técnicos-científicos e, no âmbito técnico, as variações terminológicas (cf p.191). Então, como ele pode continuar tratando a questão em termos de literalidade, se esta é limitada por diferenças – como ele admite-, e se, em várias circunstâncias, a resistência da tradução ao literal vem à tona?

Na busca por uma ciência da tradução, há uma tensão permeando a opção teórica do autor que revela o conflito, que está relacionado à dicotomia sujeito-objeto. Ottoni discute essa relação entre a sustentação da dicotomia sujeito-objeto e a constituição e fortalecimento de uma ciência lingüística:

A manutenção da dicotomia sujeito-objeto é necessária para a constituição e o fortalecimento da ciência lingüística nos moldes de uma ciência positiva com bases logocêntricas. Tal dicotomia deve ser mantida, já que

constitui a base dessa ciência. Saussure, ao afirmar que a “língua [um sistema de uso coletivo] é para nós a linguagem menos a fala [a realização da liberdade individual]”, eterniza a separação entre sujeito e objeto nos estudos da linguagem para que a ciência lingüística se estruturasse. A tentativa da lingüística tradicional era e continua sendo, em muitos casos ainda, uma maneira de domesticar, de dominar e aprisionar o fenômeno da tradução. (1997:129-130)

Como mostra Ottoni, a lingüística, para se constituir como ciência, precisa forjar um conceito estável de língua, que se baseia na idealização de separação entre sujeito e objeto. Aubert, como lingüista e teórico da tradução, aponta como é delicada a posição daquele que busca a sistematização, no âmbito dos estudos da linguagem. A construção da sua teorização, comprometida que está com uma ciência lingüística, busca, via de regra, uma estabilidade na instabilidade que sirva de limite para a intervenção do sujeito. Por isso, ele necessita do conceito de língua praticado pela lingüística estrutural e formal (chamada por alguns de tradicional): linguagem menos a fala, conceito esse que autoriza a ilusão de separação entre sujeito e objeto. Todavia, esse ideal de separação não impede a imposição do sujeito e do objeto; então, para constituir uma tradutologia, Aubert necessita “fazer ouvidos moucos ao subjetivo, propaladamente um dos elementos essenciais do ato tradutório”, já que o núcleo estável da língua não existe. Retomando Ottoni, está-se desde sempre na problemática do *double bind*, no jogo de diferenças entre as línguas, que cria uma espécie de tradução recíproca a partir da intervenção do tradutor, que não se liberta da imposição e da intervenção das línguas envolvidas na tradução (1998a:05).

### 1.3 A TRADUÇÃO CULTURAL: reeditando a abordagem lingüística.

O terceiro conjunto trata da diversidade na tradução e da tradução cultural. Aubert apresenta a dificuldade de se traduzir, em face das diferenças culturais e preocupa-se com a polifonia e não deseja o apagamento dos dizeres particulares. Embora se coloque no campo do que chama de tradução cultural (1995 a; 1995b; 1995c; 1997), o autor mostra-se comprometido com a concepção de língua adotada pela lingüística estrutural e formal. Os textos básicos utilizados nesse momento são: *Desafios da Tradução Cultural (As Aventuras Tradutórias do Askeladden)*, prefácios dos livros traduzidos e organizados por Aubert: *Askeladden e Outras Aventuras* e *Novas Aventuras de Askeladden*. Insiro nesse bloco, ainda, o ensaio *Da Instabilidade Nasce a Tradutibilidade*, por entender que este ensaio é reescritura de parte da discussão levantada no ensaio, já citado, *Desafios da Tradução Cultural (As Aventuras Tradutórias do Askeladden)*.

Para teorizar sobre a tradução de uma antologia de contos folclóricos noruegueses, extraídos da coletânea de P. CH. Asbjornsen e J. Moe, que deu origem às obras *Askeladden e outras aventuras* e *Novas Aventuras de Askeladden*, Aubert lança mão do que intitula tradução cultural (cf.1995a).

O modelo cultural de Aubert se baseia nos construtos “instabilidade relativa da língua” e “interpenetrabilidade relativa entre língua e cultura”, e estão comprometidos com o conceito de língua já comentado anteriormente, e com as conseqüências que advêm da adoção desse conceito. Esses construtos sugerem que a língua é instável até um certo limite e que a correlação língua/cultura pode ser dominada, pela delimitação da intersecção entre elas. Isso ocorreria na suposição de um sujeito isento em relação à língua e à cultura, ou seja, haveria na língua e na cultura um núcleo estável que seria

capaz de dar garantias precisas para a intervenção do sujeito, mantendo-se o núcleo intacto. Todavia, o próprio Aubert afirma que “toda operação tradutória gerará, de qualquer modo, textos e discursos lidos e interpretados por seu(s) destinatário(s) como contendo um ou mais componentes culturais a despeito da filtragem que, intencionalmente ou não, tenha sido perpetrada” e que a língua é histórica, social, cultural e instável (cf.pp.31-34). Tanto na abordagem cultural, quanto naquela que chamo de lingüística, o autor idealiza um lugar de estabilidade para a língua e a cultura, apesar de levar em consideração a resistência da tradução à sustentação desta estabilidade.

Se levarmos estas afirmações de Aubert citadas anteriormente às últimas conseqüências, teremos de admitir a resistência da língua e da correlação língua/cultura ao domínio e controle, já que estão comprometidas com o humano, com a história, com o tempo e com a perspectiva de um sujeito que interpreta. Dessa perspectiva, assumo que os construtos elaborados por Aubert são idealizações que servirão ao propósito de tentar circunscrever a intervenção do tradutor na língua e na cultura, supostamente garantindo a relativa independência do tradutor em relação à língua e à cultura, o qual poderia optar entre entregar-se a injunções externas ou criar (cf.36). Servirão, ainda, esses construtos para justificar o recurso às abordagens tradutórias: tradução matricial, tradução assimilativa e a tradução propriamente criativa. É o retorno às modalidades tradutórias da abordagem lingüístico-tradutória.

O autor parte do pressuposto de que a tradução cultural é relativamente possível e se coloca no plano do conflito: “o conflito, na realidade, e como em tudo que pertence ao homem, é inerente à linguagem e à cultura e, por decorrência, à tradução” (1995a:33). E Aubert acrescenta:

assim como o artista plástico é trazido para o enfrentamento entre sua concepção artística e a resistência de seu material de trabalho, e faz, deste conflito, a verdadeira expressão de sua apreensão subjetiva da realidade, também as línguas e as linguagens oferecem, no que têm de estável e único, resistências variadas à ação livre de seus autores. (pp.34-35)

Então, ele admite o conflito envolvendo língua, linguagem, cultura e a própria tradução e a resistência dessas à ação, mas busca limites para atuação do sujeito, em nome do que chama de “estável” e “único”. O que está em jogo não é a questão cultural que poderia ajudar a pensar a intervenção do tradutor, mas o conceito de língua relativamente estável e a tentativa de estabelecimento de parâmetros que regulamentem e circunscrevam a intervenção do tradutor. Por isso, apega-se às abordagens tradutórias (matricial, assimilativa e criativa), facultadas, segundo ele, pela “instabilidade relativa da língua” e pela “interpenetrabilidade relativa entre língua e cultura” (p.35). Aponta para a possibilidade de o tradutor ou se deixar levar pelas injunções externas ou optar pela tradução criativa, como se este estivesse isento em relação à língua e à correlação língua e cultura, apesar de ter afirmado que toda operação tradutória gerará de qualquer modo textos contendo um ou mais componentes culturais a despeito da filtragem que, intencionalmente ou não, tenha sido empreendida (cf.p.31).

Tenta contornar essa dificuldade e, sobre a intervenção do tradutor, afirma que ela não é exclusiva da abordagem criativa. A intervenção do tradutor se dá em todos os momentos da tradução, independentemente da abordagem (cf.p.36). Mas, nos termos em que Aubert apresenta a discussão, podemos inferir uma fragmentação da tradução por meio dessas abordagens, que supostamente possibilitariam ao tradutor controlar a

sua intervenção, quando fosse possível a equivalência e, quando essa se tornasse complicada, não restando outra alternativa, o tradutor criaria.

De um lado, o tradutor, tanto na tradução matricial quanto na tradução assimilativa, supondo um pleno domínio do processo de tradução, se renderia a injunções externas. De outro lado, pela postura criativa, o tradutor assumiria a co-autoria sem disfarces, quando, vencidos os temores antigos da sacralização e os temores modernos de desagradar o consumidor, buscando formular, na língua e na cultura de chegada, a **sua** leitura, a **sua** vivência, a **sua** sensibilidade, o **seu** texto (cf.pp.36-37). Essa divisão, no que tange à intervenção do tradutor, revela uma tentativa de lidar com a instabilidade da língua e com a natureza multifacetada da tradução. É uma tentativa, volto a afirmar, de lidar com dois aspectos desestabilizadores da circunscrição da atuação do tradutor a limites fixados: 1) A língua é histórica, social, instável; 2) Toda operação tradutória gerará a despeito de qualquer filtragem elementos culturais.

A divisão formal não se dá sem conflitos e Aubert o confirma, quando discute que a opção entre qualquer uma das abordagens (matricial, assimilativa e criativa) é tecnicamente factível, entretanto seria necessário avaliar, caso a caso, “quais as implicações culturais, políticas, ideológicas de cada opção; como se dá o equilíbrio, fino, por vezes, mas, novamente, sempre instável, entre as três opções em função dos diversos tipos de texto, dos múltiplos perfis dos destinatários, sob as variadas condições de produção” (1997:7). Aponta-se para a impossibilidade de um princípio geral, o que desestabiliza a própria divisão proposta para explicar a maneira como o tradutor interfere no texto para “resgatar a norueguesidade”.

Ainda assim, mesmo considerando toda esta situação de tensão e conflito, teoricamente, as abordagens aparecem como reguladoras da intervenção do tradutor, o que supõe que ele pudesse estar fora das implicações políticas, ideológicas, culturais de

cada opção. Há, efetivamente, uma tensão entre o recurso às modalidades e a intervenção do tradutor. No recurso às abordagens, o autor busca o lugar de estabilidade – da língua relativamente instável – em que o tradutor administraria a sua intervenção.

Sobre a sua tradução da obra *Novas Aventuras de Askeladden*, Aubert afirma que seu objetivo é apresentar uma leitura, permeada pela “norueguesidade” e, então, passa a comentar que elementos comporiam a tal “norueguesidade”. Isto que é uma leitura, na teorização de Aubert, torna-se um objeto estático, de tal forma que, em certos momentos, o tradutor resgata a “norueguesidade” pela abordagem matricial e, em outros, manifesta-se, lançando mão das abordagens assimilativa e criativa:

Se a abordagem matricial serve ao resgate, a assimilação e a criação proporcionam o veículo de tal resgate. Pela criatividade, a voz do tradutor se manifesta, gerando um efeito mais aproximado ao efeito de “texto original”, mais convincente, portanto, do que o efeito passível de ser gerado por um mero “portador” de voz alheia. (p.41)

Afirmar que o tradutor precisa lançar mão da criação é reconhecer teoricamente que o tradutor não tem acesso “à verdade da norueguesidade”, e que portanto não há resgate, o que há é uma interpretação ou o que se elege como “norueguesidade”.

Aubert fragmenta a tradução em abordagens para estabelecer limites para a interferência do tradutor, mas esta estratégia é frágil – ele bem o sabe -, pois afirma que a língua é histórica e instável, dependente da perspectiva de um sujeito interpretante. Então, não há possibilidade de o tradutor se entregar a injunções externas como se fora isento, mesmo porque, segundo o próprio Aubert, qualquer atividade tradutória produz componentes de cultura a despeito de qualquer tentativa de controle.

Mais uma vez as questões levantadas revelam o que chamo de dupla posição de Aubert em sua tentativa de sistematizar a tradução e circunscrever a atuação do tradutor em “limites” tênues e fugidios, que não se fixam.

#### 1.4 AS (IN)FIDELIDADES DA TRADUÇÃO: rompimento com a tradição?

Nesse quarto conjunto proponho o estudo da obra *As (In)Fidelidades da Tradução – servidões e autonomia do tradutor*, que inclui uma reescritura do ensaio *Fidelidade no Processo e no Produto da Tradução*, ao qual não farei menção diretamente. A reflexão proposta nesse livro surgiu e desenvolveu-se a partir do capítulo 2 da sua tese de livre-docência: *Askeladden e outras Aventuras Tradutórias* (1991).

O autor levanta, na Introdução, três questões: “É cabível exigir do tradutor o seu apagamento?”; “Em que medida é aceitável o desvio do texto traduzido em relação ao original?” e “Admitida a diversidade lingüística e cultural, sem as quais estaria prejudicada a própria razão de ser da tradução, até que ponto a diversidade constitui, efetivamente, um conjunto de “servidões” impositivas?”. O objetivo do autor é responder às questões e colher material para propor a revisão do papel tradicionalmente atribuído ao tradutor e à tradução (cf.1994a:7-14). Coloco em xeque o que Aubert intitula “revisão do papel tradicional”, pois o arcabouço teórico que sustenta essa revisão está comprometido com a tentativa de controle da intervenção do tradutor – o que faz essa proposta muito parecida com os modelos cultural e integral, os quais estão comprometidos com uma visão que não responderia satisfatoriamente, a partir das “(In)fidelidades da tradução”, às perguntas propostas.

Lança mão de “diversos fatores intra e intersubjetivos, temporais, lingüísticos e culturais, que se fazem presentes e exercem variadas influências sobre o desenrolar do processo tradutório, e, por conseguinte, sobre o seu produto, o texto traduzido” (cf.p.8), para responder a questionamentos sobre as relações tradutor/autor, tradução/original e sobre a diversidade na tradução. Estes diversos fatores a que se refere são tratados como entidades autônomas, o que revela, apesar do seu desejo por uma ruptura com a tradição, o apego a essa mesma tradição.

Admite a diversidade na tradução e que a relação estabelecida entre “original” e “tradução” não é de identidade (cf.p.8), mas fruto de leitura do tradutor, o que significa admitir a interferência na tradução. No entanto, a sua estratégia utilizada para lidar com tal diversidade assemelha-se muito àquela apresentada, quando da busca de estabelecimento de um modelo integral. A língua é considerada externa ao tradutor e este, como mediador, seria capaz de manipulá-la objetivamente. Tal estratégia é caracterizada pela criação de parâmetros fixos que permitiriam ao tradutor, supostamente, mediar, como se fora isento em relação a seu objeto (a língua).

Os parâmetros fixos a que me refiro reportam-se a construções implementadas por Aubert, para controlar a interferência do tradutor. Questiona o compromisso, supostamente evidente, de fidelidade do tradutor ao original, ao admitir que a matriz da tradução não é a mensagem pretendida pelo autor, mas a mensagem efetiva - resultante de leitura do receptor/tradutor (cf.1994a:75). Para fazer esse questionamento, constrói um sistema composto por três mensagens: pretendida, virtual e efetiva, que nada mais são do que parâmetros controladores da interferência do tradutor. Uma vez definida a leitura do receptor/tradutor, ela se transformaria em um parâmetro de controle desta leitura, que, então, seria manipulada. Em outras palavras, admite a interpretação, a

leitura que o receptor faz da mensagem pretendida pelo emissor; mas, crê na possibilidade de essa interpretação ser manipulada dentro de limites previstos.

Esta perspectiva supõe um tradutor-mediador que pode desvencilhar-se da língua e manipulá-la objetivamente, sendo fiel à mensagem efetiva (a leitura feita pelo tradutor da mensagem pretendida), que, de fato, é um construto elaborado para limitar a tradução. Esta minha hipótese se confirma, em *A Autonomia do Tradutor e da Tradução*, quando Aubert afirma que “muito mais produtivo seria perceber que o tradutor exerce o papel de responsável pela conciliação entre diversos requisitos, como administrador dos conflitos, gerenciando e negociando, passo a passo, as soluções e os compromissos possíveis”(pp.84-85). Há a suposição da possibilidade de distanciamento do tradutor, “administrando”, “gerenciando” algo que não lhe pertence, mas pelo qual é responsável.

Tal estratégia tem uma implicação muito importante: a visibilidade<sup>3</sup> do tradutor não é aceita efetivamente, mesmo admitindo-se que a tradução é uma forma de leitura e que o tradutor é um produtor de texto. Essa constatação me conduz a suspeitar que Aubert não se entrega, efetivamente, àquilo que chama de diversidade nem à inevitabilidade da interferência do tradutor na tradução, visto que a estratégia utilizada para lidar com a provisoriade da linguagem e com a intervenção do sujeito está comprometida com a construção de parâmetros, de limites que reduziriam o trabalho

---

3) Para tratar de visibilidade do tradutor, parto da crítica que Lawrence Venutti (1995) faz à “invisibilidade” - termo por ele utilizado para descrever “a situação e a atividade do tradutor na cultura anglo-americana contemporânea” (1995:1- minha tradução). Venutti questiona a possibilidade de transparência na tradução e aponta para a “intervenção crucial do tradutor, no texto estrangeiro” : “a transparência é um efeito ilusório, ela depende do trabalho do tradutor com a língua, mas esconde este trabalho, até mesmo a presença da língua, sugerindo que o autor pode ser visto na tradução, e que fala com sua própria voz” (1995:287- minha tradução). Partindo da crítica de Venutti, assumo que Aubert admite a impossibilidade de apagamento (este conceito, relaciono-o ao conceito de visibilidade proposto por Venutti) mas idealiza recursos de controle da intervenção do tradutor, o que pode fazer supor que o tradutor pode escolher entre o apagamento ou o não-apagamento, caso queira. Embora ele defenda a impossibilidade de apagamento não assume plenamente a intervenção inevitável do tradutor.

com a língua a um conjunto de decisões definidas a serem feitas pelo tradutor-mediador, que se distanciaria da língua, para manipulá-la objetivamente.

Esta obra é marcante no seu percurso teórico, tanto pelo caráter aparentemente renovador, bem como por retomar conflitos anteriores, já levantados a propósito da discussão dos modelos integral e cultural. Embora seja dado um passo importante na direção de romper com a tradição e revisar o papel do tradutor, admitindo-se a sua intervenção inevitável, Aubert, ainda comprometido com o conceito de língua vindo da lingüística, apega-se a conflitos antigos, que, à luz da admissão da impossibilidade de apagamento, assumiriam outra dimensão; mas, ele não dá esse outro passo. Assim é que retoma a discussão sobre processo e produto, vistos como dicotomicamente opostos; busca parâmetros de controle da intervenção do tradutor; postula um tradutor-mediador.

#### 1.5 TRADUÇÃO, TERMINOLOGIA, INFORMÁTICA: por uma abordagem interdisciplinar

O quinto conjunto versa sobre três temas correlacionados: tradução, informática e terminologia. Utilizo os seguintes textos: *Tradução, Lexicografia e Terminologia Informatizadas*; *Problemas e Urgências na Interrelação Terminologia/Tradução*; *Informática e Tradução: Limitações da "Tradução Automática"*; *A Compilação Lexicográfica como Alternativa Emergencial à Descrição Terminológica Sistemática e Introdução à Metodologia da Pesquisa Bilingüe*.

Quero, a partir desse material, mostrar a ligação de Aubert com outras áreas. A partir dos anos 90, pode-se dizer que ele aparece no cenário acadêmico ligado à terminologia e informática. Por exemplo, liga-se, na Universidade de São Paulo, ao

Grupo de tradução, lexicografia e terminologia automatizadas. Comprometido com a busca de uma abordagem interdisciplinar, Aubert propõe uma interrelação entre tradução e terminologia e informática, levantando “problemas” e “limitações” (cf. Aubert, 1992a, 1992b e 1993), para sugerir soluções.

Para ele, “no fazer tradutório bem como no fazer terminológico, esses caminhos se cruzam e se entrecruzam” (1992a:81). Baseando-se em uma afirmação de Galinsk (1985) segundo a qual os tradutores profissionais se apresentam como um dos principais grupos de usuários finais dos produtos terminológicos, Aubert assume que “cabe aos estudos terminológicos gerarem esses produtos, com base em metodologias adequadas, proporcionando recursos confiáveis para o exercício da tarefa tradutória” (1992a:81-82).

Ressalta que as relações entre tradução e terminologia não são simples, diretas e unidirecionais. De um lado, a tradução é tão antiga quanto os primeiros contatos entre povos de línguas diferentes. De outro lado, a terminologia - entendida como o estudo descritivo e sistematizador (padronizador) dos vocabulários das línguas de especialidade- constitui área de estudo relativamente recente e a produção de materiais terminológicos, particularmente em forma bilíngüe, é ainda incipiente. Comenta que a contribuição da terminologia descritiva à prática tradutória constitui, ainda, um projeto em andamento:

Nota-se, de imediato, nos materiais terminológicos disponíveis, a existência de sensíveis lacunas na descrição do uso mono- e bilíngüe, que afetam determinados idiomas como um todo ou, mesmo em situações mais favoráveis, determinadas áreas do saber e do fazer, lacunas essas que prejudicam o exercício adequado da tarefa tradutória de determinadas línguas ou entre determinados pares de línguas. (1992a: 82)

Dificuldades de estabelecimento de um lugar em que tradução e terminologia se encontrem são apontadas. Um primeiro problema diz respeito à falta de descrições e sistematizações mais exaustivas e validadas pelos usuários, o que, segundo ele, tende a gerar a proliferação de termos, por meio de soluções *ad hoc* variáveis de usuário para usuário (especialista ou não), de entidade para entidade, de região para região, resultando, ao final, em um verdadeiro emaranhado de ‘dialetos de especialidade’ para os quais os estudos tradutológicos estão a dever uma maior atenção (cf.p.82).

Outro aspecto relevante é que não há uniformidade do material terminológico, nas relações entre línguas. Assim, há considerável quantidade de material para a relação inglês/francês, francês/italiano, espanhol/inglês; o mesmo já não acontece com o português. Acresce, ainda, que os materiais disponíveis, freqüentemente, concentram-se em uma direção tradutória (por exemplo, inglês-português), em detrimento da relação inversa (português-inglês), nem sempre espelhando, nessa discrepância, uma correlação efetiva com a real demanda por informações terminológicas confiáveis (cf.p.83).

Um segundo aspecto problemático, apontado pelo autor, remete ao fato de que as “línguas de especialidade” não usufruem de qualquer privilégio em relação à língua dita “comum” em termos de biunivocidade. Em primeiro lugar, o conceito de ‘línguas de especialidade’ refere-se não apenas ao léxico específico, isto é, ao ‘jargão’, das tecnologias ditas ‘de ponta’ mas a todo domínio do fazer humano, englobando, portanto, atividades domésticas, como o artesanato, culinária, áreas por definição específicas de cada corpo político (direito e jurisprudência), cada qual a seu modo, portadora de fortes marcadores culturais, individualizadores inter e intralingualmente. Em segundo lugar, nem mesmo nas referidas tecnologias de ponta, a ‘universalidade’ conceptual e, eventualmente, designativa, constitui uma norma geral (cf.p.83).

Da junção desses aspectos, aponta que a correlação de forças entre os dizeres, na relação entre línguas, não é equivalente, na situação de tradução:

Em uma relação lingüística, cultural, tecnológica, econômica e política entre duas partes em que as correlações de forças pendem claramente em favor de uma delas, é nítida a possibilidade maior de 'dizer' a alteridade da parte mais forte dentro do contexto lingüístico-cultural da parte mais fraca, e, inversamente, a possibilidade sensivelmente menor de efetivar tal expressão na direção inversa. (p.84)

Há uma outra limitação a ser tratada pelos estudos terminológicos, quando afirma que a terminologia, na sua vertente padronizadora, "esbarra na constatação de que as línguas de especialidades, como qualquer outro idioma, compartilham na natureza multifacetada e permanentemente variável das línguas, no tempo e no espaço". E que "essa variação decorre do fato de que a comunidade dos usuários dos jargões não é monoliticamente constituída, não é social e culturalmente uniforme", e, ainda, quando reforça que "é efetivamente inviável insistir em obter um comportamento idêntico do engenheiro de projetos, do operário de linha de montagem, do publicitário e do vendedor, do funcionário da oficina ou centro de assistência técnica, autorizada ou não, do usuário final do produto" (p.84).

Em face dos problemas e limitações apontados, declara que a situação das terminologias está longe de ter atingido resultados satisfatórios, no que tange à sua descrição e sistematização. Então, sugere uma abordagem alternativa e provisória: a verificação e reordenação, em base informatizada, de materiais terminológicos e lexicográficos já existentes. Essa abordagem sacrifica, num primeiro momento, a perspectiva sociolingüística, ou mais apropriadamente, socioterminológica, mas

proporciona, por outro lado, um ponto de partida revestido de um grau intermediário de confiabilidade, satisfazendo, de maneira menos lacunosa, às necessidades mais prementes da tradução (pp.84-85).

A obra *Introdução à Metodologia da Pesquisa Terminológica Bilingüe* (1996d) resulta do esforço em busca da superação de limitações e preenchimento de lacunas reportadas anteriormente. Retrata as reflexões de Aubert a respeito de duas disciplinas – tradução e terminologia – que, embora distintas em relação ao caráter epistemológico e ao objeto de estudo, vêem seus caminhos se cruzarem no momento do trabalho prático. Nesta obra é apresentada toda a problemática que envolve a tradução técnica e suas relações com a terminologia; define terminologia e estabelece interrelações com a lexicologia, a lexicografia, a semântica; enfatiza os procedimentos básicos do trabalho terminológico: as fontes, a pesquisa pontual e a pesquisa temática; dedica-se à sistematização dos procedimentos de registro dos dados terminológicos; e apresenta, ainda, outras possibilidades de pesquisa terminológica bilíngüe, baseadas na compilação de dados em materiais lexicográficos já existentes.

Ainda, em nome de uma abordagem interdisciplinar, destaca a importância do trabalho do grupo de **Tradução, Lexicografia, e Terminologia Informatizadas**, sediado na Universidade de São Paulo e do qual participa, na tarefa de elaboração de materiais auxiliares para a tradução (cf. Aubert, 1992b).

No âmbito da relação entre tradução e informática, discute “limitações da tradução automatizada” e sugere que a melhor forma de definir “tradução automática” é considerando-a “tradução assistida por computador” e um instrumento de trabalho de tradutores (Cf. 1993:179). Ao se opor à concepção de tradução que subjaz aos sistemas computacionais, mostrando que tradução não é apenas um fenômeno linguístico, sugere que outras variáveis interferem no processo tradutório. Ele critica o que considera um

vício de expressão que estabeleceu a noção errônea de que se traduz de determinada língua para outra, 'do inglês para o português', 'do alemão para o russo'. O que efetivamente se traduzem, esclarece Aubert, **não são as línguas** (ênfase minha), e sim situações de interação intersubjetiva, com o suporte de textos<sup>4</sup> (p.178).

Trata a tradução em termos do que chama de interação intersubjetiva, mas, mesmo assim, concorda em negociar a sua concepção de tradução com a concepção que critica, aceitando que parcialmente a sua concepção é contemplada pelos sistemas computacionais, especialmente nos chamados sistemas dedicados. Nesse âmbito, concorda com a possibilidade de controle da variação intersubjetiva "mais extremada" e com a inserção de um operador-tradutor, no processo, para resgatar uma parcela da subjetividade inerente e necessária para a adequada execução do ato tradutório, que não prescinde, porém, de uma pós-edição para que o nível estritamente lingüístico não domine e ofusque o nível mais elevado, o da comunicação intersubjetiva (cf p.178).

Dois aspectos precisam ser esclarecidos, quanto ao levantamento que apresento: o primeiro tem relação direta com a crítica que proponho à concepção de tradução que Aubert apresenta como alternativa à concepção subjacente aos sistemas computacionais de tradução (ver nota 4); o segundo aspecto reporta-se à negociação que empreende

---

4) Aubert estabelece uma oposição entre línguas – não são essas que são traduzidas – e situações de interação intersubjetiva – isto sim é o que se traduz -, para demonstrar a sua objeção a uma dada concepção de tradução e reforçar a sua própria visão. Em um pólo, coloca a tradução entendida como operação estritamente lingüística, em que não haveria interferência do humano, da história, do tempo, da cultura. As situações de interação intersubjetiva estão no outro pólo; mas, mesmo revestidas de caráter dinâmico, temporal e histórico, e levando em conta a intervenção do sujeito, trazem consigo um conceito de língua limitador da ação do sujeito. O que faz confirmar que, embora critique certa visão de tradução, ele mesmo não a coloca em um lugar muito diferente daquele por ele criticado. Não se pode esquecer de lembrar que a integração de outros elementos além do estritamente lingüísticos colabora para se conceber a tradução de um ponto de vista mais dinâmico, entretanto esse avanço implica uma revisão da questão da intervenção do tradutor que Aubert não promove. Apega-se à dicotomia sujeito (tradutor)/objeto (língua), sustentando-se na ilusão de separação entre uso e sistema, em busca de um conceito supostamente estável de língua. Esta estratégia teórica é empreendida, também, a propósito da discussão em torno da tradução cultural e da discussão da obra *As (In)Fidelidades da Tradução – Servidões e Autonomia do Tradutor*.

entre a tradução – em que ocorre a variação intersubjetiva – e a “tradução automática”, para optar por considerar a “tradução automática” como um instrumento de trabalho de tradutores, “a tradução assistida por computador”. Entretanto, continua chamando de tradução, o que pode dar a entender que a tradução possa prescindir dos fatores apontados, quando a discute em termos de variação intersubjetiva. Há uma tendência de crítica ao que poderíamos aqui chamar de uma visão que restringe o papel do tradutor e em contrapartida a busca de uma perspectiva mais abrangente, em que o papel desse tradutor seria encarado de forma mais complexa e dinâmica. Todavia, há, como mostro anteriormente, um apego de Aubert a uma concepção de língua supostamente estável que barra um rompimento definitivo com a visão de tradução que critica.

#### 1.6 A PROFISSÃO E A FORMAÇÃO DE TRADUTORES: a autonomia da tradução e da terminologia.

O sexto conjunto se refere aos temas: a profissão de tradutor, a formação de tradutores, no âmbito do ensino de tradução e a preocupação do autor em elevar a tradução a um lugar de dignidade, em superação à visão de que a tradução é uma atividade secundária e menor. Os textos arrolados são: *O Tradutor e seus Direitos*; *Fatores Condicionantes do Valor de Mercado da Tradução*; *A Pesquisa no Ensino de Tradução*; *Perspectivas Profissionais do Curso de Letras (II)*; *O Centro Interdepartamental de terminologia (CITRAT)*; *Apresentação da TradTerm1*; *Apresentação e Prefácio da TradTerm2*; *O tradutor é um “Mero” Tradutor?* e *Tradução e Universidade: A Formação de Tradutores Profissionais*.

Tradicionalmente, o tradutor e a tradução são vistos como “males necessários”. Mas, para Aubert, o tradutor se firma profissionalmente não é porque é um “mal necessário” usado para minimizar “ruídos” na comunicação, mas porque é um “reforço de qualidade” (1996 a: 5). Argumenta que, na experiência da tradução profissional, “boa parte dos textos originais encaminhados ao tradutor já são inadequados na origem”, cabendo ao tradutor um papel que vai além daquele fixado pela tradição: o de “mero” transcodificador, como se fora possível apenas transcodificar sentidos de uma língua a outra.

Para ele, o original não é pleno e completo, devendo, pois, o tradutor ser tratado como um “textólogo”, como um “consultor de textos” especializado na relação bilíngüe:

Entende-se, portanto, que é como tal que o aluno de curso de tradução deve ser treinado, e não como um mero transcodificador, tarefa essa que, de alguma forma, os sistemas mais sofisticados de “tradução automática” (na realidade, “tradução assistida por computador”) conseguem em grande parte executar, em sistemas tematicamente dedicados, sem mais do que palpites ocasionais do operador de software em questão. (1996a:04)

Embora admita a provisoriedade do “original” e que o tradutor não é um transcodificador, paradoxalmente, conta com a estabilidade do “original”, ao aceitar a possibilidade de transcodificação “da tradução assistida por computador” em sistemas tematicamente dedicados, fazendo supor que “os palpites ocasionais do operador” não constituam interferência e, portanto, não inviabilizem a possibilidade de transcodificação.

No âmbito da reflexão sobre formação de tradutores, institucionalmente, muitos obstáculos devem ser superados. Propõe-se a comentar algumas verdades “mal-

interpretadas”, algumas “meias-verdades” que constituem obstáculos à ação teórica, pedagógica e profissional, bem como à interação entre teóricos, professores e artesãos da tradução (cf. Aubert, 1989). Alguns conflitos podem aqui ser referidos.

**(1) Traduttore traditore.** Critica a visão de traição que o senso-comum atribui a esta expressão, pois a “traição”, a transformação, é a própria justificativa da tradução. A “traição”, isto é, a entropia ou a reinterpretação, é inerente à própria linguagem articulada humana, e o próprio original é uma “traição” em relação à intenção comunicativa do seu emissor” (p.13).

**(2) Tradução é o que se perde na poesia.** Questiona a possibilidade de plenitude do próprio “original”, justificando que o “original” já representa alguma “perda” e que o poema já representa uma perda em relação à totalidade de apreensão subjetiva da realidade pelo poeta (p.13).

**(3) O primeiro dever de fidelidade é para com o original.** Novamente, Coloca sob suspeita o status de perfeição e plenitude atribuído, tradicionalmente, ao original. O original não é obra ditada por alguma divindade, mas é produzida pelo homem, o qual está sujeito a falhas. (pp.13-14).

**(4) Tradução é um dom.** Critica a idéia de que tradução é um dom, reiterando a necessidade de uma técnica e de cursos de formação. O ensino de tradução não é dispensável, a técnica é transmissível, e é necessário que existam cursos formais (ou informais, que são a própria experiência cotidiana do tradutor) (p.14).

**(5) Tradução é bico.** A essa afirmação, rebata-a ressaltando que o mercado de tradução não se resume à área editorial e que há tradutores que sustentam suas famílias com os salários de tradutores. (p.14)

A superação dessas que constituem nossas insuficiências só pode ocorrer pelo que o autor chama de desbloqueio dos nossos canais de comunicação. Ele comenta que uma das características da tradução no Brasil é a falta de diálogo. A teoria custa a filtrar para a prática pedagógica, em grande parte, como vimos anteriormente, pela dificuldade na intermediação. A teoria custa mais a filtrar para a prática profissional: o mundo dos acadêmicos e dos tradutores ainda falam linguagens díspares (cf.p.14). Sugere uma integração para se promover o desenvolvimento da tradução. Segundo ele, é no âmbito dos cursos, ou em iniciativas paralelas, que podem e devem ser propostos e produzidos os modelos teóricos da prática, ser desenvolvida a pesquisa pedagógica, serem produzidos os materiais de apoio e a investigação metodológica. Sempre, porém, no sentido de estreitar a relação entre a academia e a profissão, integrando todos os agentes da tradução nos esforços que, em última análise, beneficiarão a todos, e à comunidade em geral (cf.p.15). Nitidamente, o autor busca situar esse lugar de discussão e encontro da tradução.

No âmbito da universidade, a tradução enfrenta dificuldades, por não ser considerada uma área autônoma do saber. Considera que, na atual estruturação de cursos de Letras, os quatro ou cinco anos de curso de bacharelado constituem um período apenas suficiente para a efetiva aquisição de uma certa competência produtiva na língua estrangeira (cf.Aubert,1996b:68). Diante disso, sugere que a universidade pode prestar duas contribuições de relevância para a formação de tradutores:

(a) a plena exploração da real potencialidade dos cursos de Bacharelado em Letras, com a adequada inserção do já aludido componente de produção de textos e dos fundamentos teórico-metodológicos da tradução [...]; (b) optar entre adicionar mais um ano de curso à graduação de Letras, voltado especificamente para a formação de tradutores [...], e/ou oferecer cursos de aperfeiçoamento ou especialização dedicados à formação de tradutores. (p.72)

Na busca de contribuir para a superação de preconceitos e oferecer um espaço de divulgação a ser compartilhado entre os universos da pesquisa e do exercício profissional, Aubert, junto com outros, coloca-se à frente da *TradTerm*, revista anual do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Ao comentar o estabelecimento da revista *TradTerm* como veículo de divulgação que vem preencher uma lacuna, anuncia o despertar da tradução para a sua autonomia. Nesses últimos oito a dez anos, vem-se observando o desenvolvimento da produção de dissertações, teses, coletâneas e obras monográficas voltadas para os mais variados questionamentos teóricos e aplicações/descrições da tradução interlingual, o que caracteriza em âmbito nacional a consolidação da área de estudos tradutológicos como disciplina autônoma, dinâmica e de elevada produtividade acadêmica (cf. Aubert, 1994b: 09).

No entanto, apesar desse desenvolvimento, naquele momento inexistia um espaço regular de publicação especificamente voltado para os estudos tradutológicos teóricos e aplicados, no Brasil (cf.p.10). Essa lacuna acarreta limitações para a circulação das informações e dos debates acerca de tradução no país. É, então, na busca de ultrapassar essas limitações que, segundo Aubert, o Centro Interdepartamental de

Tradução e Terminologia (CITRAT) da FFLCH-USP estabeleceu como prioridade a organização de uma revista especificamente voltada para a reflexão teórica, metodológica, prática e profissional acerca da tradução e da terminologia (cf p.11).

*TradTerm*, no âmbito da tradução, acolhe trabalhos voltados para a reflexão teórica, para a análise de dados, para as questões éticas, metodológicas, instrumentais e ideológicas, nas mais diversas vertentes. No campo da terminologia, visando retratar as variadas tendências dos trabalhos terminológicos em curso, a revista abre-se para as pesquisas representativas dos diversos percursos pelos quais se pode chegar a essa disciplina (cf.p.12). A revista, dessa forma, torna possível o lugar de encontro entre teóricos e práticos e, também, a divulgação do que acontece no âmbito da tradução e da terminologia.

Esse perfil, no seu conjunto, mostra alguns caminhos percorridos por Aubert e já anuncia o tipo de interferência que proponho. Tomando o conjunto apresentado nesse perfil e o que levanto como possíveis conflitos e, também, as verdades “mal-interpretadas” já podemos vislumbrar em que medida o teórico encontra-se em um duplo papel. De um lado, ele busca um modelo integral - que analisarei mais detalhadamente na próxima seção -, de outro admite a provisoriidade de qualquer texto e ainda afirma que “a transformação, a traição, é a própria justificativa da tradução” (1989a:13). As suas opções teóricas levantadas ao longo desse perfil, apesar de apontarem a resistência da tradução à sistematização, comprometem-se com elaboração de dispositivos de controle. Ao comentar as verdades “mal-interpretadas”, ele afirma que o “original” já representa alguma “perda”, que o poema já representa “perda” em relação à apreensão da realidade, e que não há possibilidade de totalidade (cf.Aubert, 1989a:13). Porém, se tomamos o conjunto do perfil, podemos analisar de que maneiras

não se entrega a tal constatação e busca em nome da “cientificidade” domesticar a tradução.

## 2. O PERFIL RECORTADO:

### o modelo integral e o *double bind* em Francis Henrik Aubert

No conjunto do perfil traçado, reiterando, leio um comprometimento com um modelo de ciência da lingüística, fundada na dicotomia entre sujeito e objeto e que tenta dominar a intervenção do sujeito. Esta visão perpassa a reflexão sobre tradução, que considera multifacetada, conflituosa e resistente à univocidade. Entretanto, ainda assim busca o seu controle por meio de um tradutor autônomo, supostamente independente de seu objeto.

Esta insolvência – que reporto mais explícita em relação aos modelos cultural e integral e às “(in)fidelidades da tradução” - me direcionou a propor o recorte da obra de Aubert, que discuto nessa dissertação.

Quando busca estabelecer uma relação entre lingüística e tradução, Aubert elabora modelos – Integral (1981b) e de Quantificação de Dados (1984) -, para sistematizar a tradução. O primeiro tem relação com a tentativa de estabelecer os procedimentos que constituem o que chama de ato tradutório, idealizando uma atuação eminentemente objetiva do tradutor; o segundo parte de um estudo comparativo entre produtos (original e tradução), analisando semelhanças e diferenças lingüístico-textuais, para propor sistematizações no âmbito das modalidades tradutórias (cf. Aubert, 1984:73). Entre um dos objetivos que se espera a partir da aplicação do modelo é delimitar a abrangência da intervenção do tradutor em face de parâmetros colocados.

Mas há um excedente que transborda dessas tentativas de sistematização da tradução. Primeiro, o autor admite as limitações do modelo de quantificação, que não deu conta da questão da criatividade na tradução e não conseguiu estabelecer os limites da intervenção do tradutor. Em segundo lugar, o modelo integral se concretiza na medida do possível, ou seja, o modelo não dá conta da intervenção da subjetividade. É por causa desse excedente que Aubert, para levar adiante uma abordagem lingüística da tradução, precisa “fazer ouvidos moucos à subjetividade”, à intervenção do sujeito na língua e buscar um conceito de língua estável, em que se supõe pureza na relação entre sujeito e objeto. Mas, essa pureza não se concretiza, sobra dessa relação um resto que Aubert busca, senão controlar, pelo menos colocar dentro de limites previsíveis. É a tentativa de controlar o *double bind*. Mas este, como o entende Derrida (1996:46), é o que perturba toda análise, já que perturba, em sua resistência, as oposições binárias e hierarquizantes que autorizam todo princípio de distinção no discurso comum bem como no discurso filosófico ou teórico. Então, na sua teorização, Aubert tenta tocar uma verdade que desliza.

Em suas reflexões sobre tradução cultural, quando se espera uma mudança da abordagem lingüística para uma abordagem cultural, a preocupação inicial é com um conceito de língua relativamente estável, que, segundo Aubert, fáulta a interpenetrabilidade relativa entre língua e cultura, o que possibilitaria, portanto, a tradução cultural (1995a).

Aubert rediscute uma questão já levantada por Mounin (1975) a propósito de obstáculos que são levantados para postular a impossibilidade da tradução – “visões de mundo” e “incomunicabilidade entre culturas”-, aplica o conceito de língua emprestado de Hjelmslev (estrutura + uso), idealiza os construtos “instabilidade relativa” e “interpenetrabilidade relativa” entre língua e cultura, para defender a possibilidade de

resgate da “norueguesidade” e justificar o recurso às abordagens matricial, assimilativa e criativa, utilizadas a propósito da tradução dos contos noruegueses que deram origem às obras de sua autoria: *Askeladden e Outras Aventuras* e *Novas Aventuras de Askeladden*. Sabendo da resistência da tradução à separação entre sujeito e objeto, Aubert idealiza um tradutor que administra a própria intervenção: ora se entregando às injunções externas (recorrendo às abordagens matricial e assimilativa), ora criando, ao recorrer à abordagem criativa. É a encenação do *double bind* que a tradução traz à tona. O recurso aos construtos apontados e às abordagens tradutórias é uma tentativa de dominar o *double bind*, todavia há na tradução um excesso que transborda, o que faz a análise e as estratégias aplicadas à tradução deslizarem.

Em *As (In)Fidelidades da Tradução*, os questionamentos levantados por Aubert recaem sobre o que chama de processo da tradução e dizem respeito à intervenção do tradutor (1994a:09). Embora seja apontada uma mudança de viés quanto ao tratamento dado à tradução e ao tradutor, é, ainda, do interior da lingüística – cujo projeto “científico” já se revelou, em relação ao objetivo que fora estabelecido, limitado para lidar com um campo tão rebelde como o da tradução (1984:71) – que Aubert, sustentado pela noção de língua utilizada por Hjelmslev e pelo arcabouço teórico dos elementos da comunicação proposto por Jakobson (1969), institui um tradutor-mediador. Não pode aceitar a inevitabilidade da intervenção do tradutor e busca parâmetros para dar os limites dessa intervenção. Aubert encontra-se em dupla posição: de um lado, admite que o tradutor é um produtor de textos (1994a: 81); de outro, busca o limite para essa intervenção, de tal forma que se estabeleça um locus de equilíbrio entre identidade e diversidade (1994a:76).

Por entender que todas as abordagens apontadas anteriormente tratam a questão da intervenção do tradutor de maneira semelhante, passo a me referir ao conjunto

composto pela abordagem lingüística – que inclui o modelo integral de Aubert e o modelo de quantificação de dados -, pela abordagem cultural e pelas (In)fidelidades como modelo integral em Francis Henrik Aubert. Trata-se de, via as reflexões sobre *double bind* entendido a partir de uma dimensão desconstrutivista, propor uma leitura desse modelo e do jogo que compõe a reflexão aubertiana, delineando seu compromisso com a lingüística e de que forma a sua teorização sobre tradução está amarrada a este compromisso.

## CAPÍTULO II

### O MODELO INTEGRAL EM FRANCIS AUBERT

#### 1. ABORDAGEM LINGÜÍSTICA DA TRADUÇÃO: modelos teóricos e ilusão de sistematização.

No ensaio *Reflexões do Ato tradutório* (1978e), Aubert procura determinar as etapas fundamentais que conduzem à realização da tradução, para tentar demonstrar que, aplicados procedimentos objetivos, numa seqüência ordenada, a viabilidade da tradução estaria assegurada. No ensaio *Etapas do Ato Tradutório* (1981b) esta reflexão é complementada, e o autor propõe um modelo integral para a atividade tradutória. Este ensaio, embora seja de 1981, não perde sua atualidade e importância, pois encena o conflito entre a tentativa de sistematização da tradução e da intervenção do sujeito e a demonstração da impossibilidade de fazê-lo. Esta dupla posição do teórico permeia toda a sua teorização sobre a tradução. Tanto que o próprio Aubert, em trabalhos posteriores - como em "As (In)Fidelidades da Tradução: servidões e autonomia do tradutor" (1994a) -, segue retomando estratégias para tratar a questão da intervenção do sujeito na tradução, que escapa às tentativas de sistematização.

Ao propor o estabelecimento, **na medida do possível** (ênfase minha), de um “modelo integral para a atividade tradutória”, Aubert leva em conta a intervenção do sujeito. Ele reconhece o poder da língua, e a resistência da tradução à sistematização, uma vez que assume que “não apenas o texto traduzido é provisório, qualquer texto o é” (1981b:23). Ora, se qualquer texto é provisório (e isso inclui o que chamamos de “original”, na tradução), o “original” não é em si um texto definitivo, pronto e fechado, cujo sentido seja plenamente resgatável.

Essa condição de incompletude do original tem relação com o *double bind*. Derrida, ao discutir o contrato entre tradução e original, demonstra o duplo endividamento entre original e tradução: “o original é o primeiro petionário, ele começa em falta e clamando por tradução”. Relembrando a alegoria de Babel, o autor afirma que no momento em que Deus impõe e opõe a sua lei, o seu nome, à tribo dos semitas, ele também clama por tradução e, também, se encontra endividado. E conclui asseverando que o *double bind* está na lei, na imposição e oposição do nome (cf.1985a:184). Então, por não estar completo, fechado e acabado, o “original” pede uma complementação, uma suplementação, pede, enfim, uma tradução. Partindo de Aubert, quando assume que qualquer texto é provisório e que o modelo integral é na medida do possível, e admitindo a imposição e oposição da língua, poderíamos dizer que o projeto de Aubert encena a dupla insolvência que sugere Derrida: necessidade e impossibilidade. Deveríamos perguntar a Aubert como sistematizar o que se encontra em débito, um débito do qual não nos desfazemos.

Está, de uma vez por todas, no *double bind*, que, segundo Derrida, “é o que não dá lugar, enquanto tal, nem à análise, nem à síntese, nem a uma analítica nem a uma dialética. Ele provoca ao infinito a analítica e a dialética, mas é para lhes resistir

*absolutamente*” (apud Ottoni, 1998b:3-4). Da mesma forma, nas palavras de Stephen David Ross, o que define a tradução é uma questão das aporias (cf.1990:26).

É em face do *double bind*, da aporia da necessidade e impossibilidade que Aubert afirma que buscará “estabelecer, na medida do possível, um modelo integral para a atividade tradutória” (1981b:13), trazendo à tona o conflito. Se o modelo “integral” é “na medida do possível”, como poderá ser integral? Aubert já parte em busca de um modelo fechado, apontando para a limitação de tal fechamento – um fechamento em que se preveja um início e fim e que bastaria para dar conta da problemática em questão. Entretanto, como nos mostra Ottoni , o lugar do tradutor não se circunscreve nesse tipo de sistemática:

Está neste “meio”, neste “duplo” papel em que se encontra o tradutor e o leitor, é um fenômeno decorrente não só porque há diferença lingüística entre as línguas, como também porque há *diferença de sistema de línguas inscrita numa só língua*. Este “meio” é o lugar do indivíduo, do sujeito que não se separa do seu objeto (a língua), das suas diferenças e nem de suas impurezas. O sujeito, ao traduzir, está “entre” a diferença de dois sistemas lingüísticos e no “meio” *das várias línguas*” que compõem as línguas envolvidas na tradução.(1996:23)

É nesse ambiente que proponho a discussão do *double bind*, mostrando que o conflito aubertiano não se resolve pelo estabelecimento de um modelo que, supostamente, daria conta da atividade tradutória, mesmo porque tal modelo não se concretiza e, mais, como a língua não permite a separação entre sujeito e objeto, o conflito permanece enquanto tal, insolvente, entre o desejo de totalização e o impedimento da sua realização.

É precisamente esta insolvência - caracterizada pelos aspectos conflituosos da teorização de Aubert, desestabilizadores da possibilidade de integralidade do modelo-, que aponta o *double bind* e evidencia a problemática da tradução e a resistência desta a uma teoria. Já que, a partir de Ottoni, como dar conta desse sujeito - que não se separa da língua e que, ao traduzir, está “entre” a diferença de dois sistemas linguísticos e no “meio” *das várias línguas* que compõem as línguas envolvidas na tradução -, no interior de um sistema fechado representado pelo modelo integral?

O ato tradutório, segundo Aubert, se desenvolve em duas fases: interpretação e recodificação. Na fase de interpretação, concluída a etapa de leitura, passa-se à análise do texto em unidades menores (unidades sintáticas), por ele denominadas unidades básicas de tradução (UBT). Nesta fase, uma UBT deve satisfazer a três condições. O autor mostra que as condições 2 (permitir a percepção dos elementos estilísticos do texto) e 3 (permitir que a reprodução do conteúdo e do estilo seja feita de forma idiomáticamente convincente na língua de chegada - LC) são razoavelmente bem satisfeitas. Já a condição 1 (permitir a apreensão integral do conteúdo do texto na língua de partida - LP), esta se satisfaz na inter-relação entre a UBT e o texto como um todo, e o conteúdo em sua totalidade se manifesta no texto por inteiro, incluindo elementos extratextuais (referências culturais, conhecimentos prévios pressupostos etc.) (cf. pp. 14-16). O primeiro aspecto a lembrar é que a condição 1 não segue o padrão das outras, o que já limita a possibilidade de integralidade no interior do próprio sistema que se quer criar.

E mais, se a condição 1 (permitir a apreensão integral do conteúdo do texto em LC) não é bem satisfeita no interior da análise de cada UBT, pois há outros elementos em jogo, a condição 3 (permitir que a reprodução do conteúdo e do estilo seja feita de forma idiomáticamente convincente em LC) também não pode ser satisfeita, visto que,

seguindo a “lógica” do seu modelo, há uma relação direta entre apreensão e reprodução de conteúdo. A condição 3 refere-se à reprodução de um conteúdo que, supostamente, foi apreendido; mas, a apreensão só se satisfaz na interrelação com elementos extratextuais. Logo, a condição 3 está na dependência desses elementos extratextuais, também, e só se satisfaz, à medida que a condição 1 é satisfeita. Isto suscita o questionamento: se não existe um tradutor ideal, capaz de dominar e controlar plenamente os elementos extratextuais e a linguagem - já que “a linguagem articulada humana é um instrumento impreciso, vago, pelo qual uma mesma forma serve de expressão de conteúdos vários, por vezes contraditórios” (Apud Aubert, 1981b:23) -, poderíamos nos perguntar, então, se há efetivamente apreensão integral e reprodução de conteúdos, na tradução.

A esse questionamento adiciono um outro: se há elementos extratextuais que interferem na apreensão do conteúdo, então, como garantir a apreensão integral do conteúdo, e como controlar esses elementos extratextuais? Não havendo controle desses elementos extratextuais, podemos levantar a possibilidade de marca individual do tradutor. Se cada tradutor percebe tais elementos sob sua perspectiva, sob uma perspectiva singular, não existe controle; então não há garantia da apreensão integral do conteúdo. Ao admitir o caráter fugidivo da linguagem e a provisoriedade da atividade lingüística humana (cf.p.23), o autor parece indicar que há um excesso que transborda, impedindo a sistematização.

Na tentativa de dar conta desse excesso, ele propõe um modelo que, supostamente, funcionaria com exatidão e linearidade, desde que se garantisse a isenção do tradutor. O estabelecimento desse modelo integral dependeria da fixação e apreensão cabal do sentido presente no original, que seria definitivo. Dessa forma, para o modelo abarcar a tradução, o sujeito (tradutor) deveria se isolar do seu objeto (língua). Mas o

próprio autor admite a provisoriedade da linguagem e de qualquer texto (pp.22-23), o que implica a intervenção do sujeito na língua. É, a partir dessa fenda, que o seu projeto é perturbado; e, do mesmo modo desestabiliza a sua possibilidade de integralidade. Como mostrei, em concordância com Ottoni, o tradutor tem um “duplo” papel, uma vez que não se desvencilha da língua de suas diferenças nem de suas impurezas. Por isso, retomo: estando na língua, como traduzirmos, a partir de Aubert, o que já se encontra em débito, o que é provisório, seguindo o modelo integral, na medida do possível?

O conflito está colocado, não se resolve pela quantificação e objetivação da linguagem, mas Aubert ainda aposta na objetivação e no afastamento daquilo que não é explicado objetivamente, como forma de arrefecer o conflito. Para ele, então, o processo pelo qual passa o tradutor, ao reler, decodificar em LC a transcrição de cada UBT, engloba todo um aspecto psiconeurológico, sobre o qual é difícil afirmar algo concreto e comprovável, sendo possível apenas inferir algo sobre a natureza lingüística do processo e, ao mesmo tempo, defende a idéia, segundo a qual, as alterações processadas na tradução se sustentam em fatos objetivos (pp.17-19) e “a subjetividade entra, quando muito, quando se é levado a optar entre duas construções objetivamente equivalentes” (p.20). Se o que é possível, segundo o autor, é inferir sobre a natureza lingüística do processo, não há nenhum instrumento regulador que garanta a isenção do sujeito em relação ao objeto e, por conseguinte, nenhuma garantia de que a subjetividade possa ser controlada e que a objetividade seja plena e absoluta. Nesse momento, proponho o acirramento do conflito: diante da admissão de que não há conhecimento cabal da natureza lingüística do processo de traduzir, de que a linguagem é provisória bem como o original e a tradução, o seu modelo, sem chance de alcançar, busca a integralidade. O teórico encontra-se endividado, comprometido em face da língua, o que barra a possibilidade de exaurir a tradução, no interior de um modelo.

O próprio Aubert aponta para a inviabilidade de sistematização da tradução, ao referir-se à condição **na medida do possível**. Se não há controle sobre o processo de traduzir, por exemplo, quem ou o que determina que duas construções são “objetivamente equivalentes”? E que processo controlaria a objetividade e a equivalência para garantir a integralidade do modelo? Como Aubert afastará a subjetividade do processo em questão, já que, para ele, “o texto traduzido só é definitivo materialmente na sua forma impressa: em potencial, é eternamente provisório”(p.22)?

Este conflito, o autor tenta resolvê-lo pela sistematização, mas a tradução resiste e mostra o *double bind*. A supressão do que não se controla não resolve o conflito, pois estamos na língua e dela não nos desvencilhamos. Por isso, Ottoni afirma que “se há língua, há *double bind*, e a tradução enquanto deflagradora da multiplicidade de línguas resiste a qualquer tentativa de se tornar esse acontecimento estável e sistemático” (1998a: 10). A tarefa de totalizar a tradução, dada a intervenção do sujeito, é impedida e se concretiza apenas como busca que não se fecha. Não há um limite no qual possamos circunscrever e controlar a tradução, pois, como esta é marcada pela perspectiva de um sujeito produtor de sentido, à mera tentativa de tocá-la, esta desliza. Não há totalização, há construção, sempre provisória.

É ilusória a sistematização da tradução que Aubert espera concretizar com o modelo integral. A busca de sistematização da tradução revela um sujeito em duplicidade, “entre” a necessidade e o impedimento de controle da língua e da própria intervenção. Assim, ao tentar dominar o conflito na tradução pelo estabelecimento de um modelo integral, “na medida do possível”, é que Aubert evidencia a resistência da própria tradução ao fechamento, à categorização, e, portanto, às distinções lineares entre sujeito e objeto, bem como entre teoria e prática.

A tradução resiste, mas as teorias tradicionais tentam desprezar esta resistência, idealizando a isenção do sujeito. Sobre a produção de uma teoria nos moldes tradicionais, Ottoni argumenta que, para a produção de uma teoria nos moldes tradicionais, é necessário separar o sujeito do objeto; e que uma teoria, nesse caso, é uma tentativa de dar conta do fenômeno da linguagem e essa separação sujeito-objeto fará sempre uma idealização, seja do lado da tradução, seja do ensino de línguas (cf.1997:132). O projeto integral de tradução de Aubert está comprometido com a idealização a que Ottoni se refere. E, mesmo sabendo que seu projeto só pode se concretizar na medida do possível, propõe o estabelecimento de um modelo integral.

Para levar adiante uma abordagem lingüístico-tradutória, como venho comentando, Aubert necessita “fazer ouvidos moucos ao subjetivo”, ou seja, “fazer ouvidos moucos” à intervenção do sujeito na língua. Uma estratégia utilizada pelo autor para tentar separar sujeito e objeto é estudar a tradução no âmbito do que ele chama de produto, para propor categorizações representadas pelas modalidades tradutórias. Estas modalidades, segundo Aubert, não são procedimentos: “trata-se de algo observado sobre o produto de um processo, e é a partir destes produtos que cabe ao lingüista fazer suas categorizações e arriscar algumas inferências” (1984:73). Entretanto, ele não consegue isolar o produto e fixá-lo separadamente do processo, uma vez que, para fazer o seu estudo, precisa “fazer ouvidos moucos” ao processo para tentar lidar com o produto. Todavia, mesmo o lingüista não está livre da imposição da língua, ao fazer suas inferências e confessa a limitação da tentativa de isolar o produto:

Ressalve-se, também, que o termo *modalidade* não pretende necessariamente designar o produto de uma reflexão ou opção invariavelmente consciente por parte do tradutor, pois deverá abarcar não apenas as transmutações culturais (talvez menos freqüentes no cotidiano da tradução que

comumente suposto), como também os aparentes automatismos dos pequenos ajustes gráficos, lexicais, morfológicos e sintáticos. (1984:73)

A partir do que escreve sobre os resultados<sup>6</sup> aos quais o modelo baseado nas modalidades deve conduzir, a separação entre produto e processo torna-se mais resistente. Separar produto de processo significa tentar sistematizar a intervenção do sujeito, mas a intervenção não sustenta a sistematização. A busca de estabelecimento de correlações implica a intervenção de um sujeito; portanto, essa busca não está comprometida apenas com o produto. Quando se busca determinar a “margem de variação inter- e intra-individual”, tampouco trata-se de análise de produto: primeiro, porque, se há a variação referida, não há um produto acabado, o que implica construção e a intervenção de um sujeito. Segundo, porque aquele que analisa interfere construindo uma noção de tradução. Há, ainda, as limitações do modelo descritivo das modalidades de tradução. Esse modelo não dá conta da criatividade na tradução; os dados disponíveis não possibilitam maiores generalizações; falta explorar a correlação modalidade de texto/tipologia de texto e falta, também, delimitar a margem de liberdade do tradutor (cf.1984: 81-82). Estudar a tradução em termos de produto gera um excesso que o modelo de Aubert não comporta. Este excesso, como venho afirmando, está ligado à imposição da língua e à intervenção do sujeito, visto como produtor de sentido; está ligado, de uma vez por todas, à inseparabilidade entre sujeito/objeto, processo/produto.

Assim, defendendo que esse projeto tradutório - que inclui o modelo integral e o modelo de quantificação de dados-, está comprometido com uma tentativa de

---

6) Aubert afirma que os resultados esperados são: (1) o estabelecimento de correlações significativas entre as modalidades de tradução e a tipologia das línguas envolvidas; (2) o estabelecimento de correlações significativas entre as modalidades de tradução e a tipologia textual e (3) a delimitação do escopo de liberdade do tradutor dentro dos limites impostos pelas restrições estruturais, culturais e textuais, ou seja, determinar a margem de variação inter- e intra-individual (1984:73).

sistematizar a tradução, tendo em vista mesmo a impossibilidade de fazê-lo. O movimento da teorização do autor encena o *double bind*, que se busca sistematizar. Entretanto, como afirma Derrida (1996:51), não se assume o *double bind*, jamais se analisa o *double bind* integralmente: não se desata um de seus nós sem dele puxar um outro. A ambivalência da reflexão aubertiana, nesse momento, é, mesmo admitindo a fugacidade e ambigüidade da linguagem, crer na possibilidade de uma teoria objetiva e plena da tradução.

## 2. A TRADUÇÃO CULTURAL EM AUBERT: problemas e desafios.

A chamada 'tradução cultural' é, em Aubert (1995a), aparentemente, uma 'nova' estratégia para tentar dar conta dos chamados "problemas de tradução"; mas, de fato, reedita 'antigos conflitos' ligados à intervenção do tradutor (ver Ferreira, 1997) que permeiam a sua teorização. Tratarei essa questão de "tradução cultural" no interior da obra de Aubert, buscando mostrar a sua relação com uma abordagem "lingüístico-tradutória", ao retomar as modalidades tradutórias e a questão da possibilidade da tradução. Dito de outra forma, defendo que a "tradução cultural" em Aubert tem ligação com a discussão sobre diversidade lingüística e cultural e sobre "visões de mundo", quando ele investiga até que ponto a diversidade pode impor servidões ao tradutor e se as "visões de mundo" são tão inerentes à língua que conduziria qualquer tentativa de tradução ao fracasso (cf. 1994a). Essa tradução cultural tem ligação com a questão da possibilidade da tradução, já levantada por Mounin e reeditada por Aubert. É em face da problemática da possibilidade da tradução e do vínculo língua/cultura, que o teórico necessita de uma instabilidade relativa da língua, de uma interpenetrabilidade relativa

entre língua e cultura para justificar o recurso às abordagens tradutórias matricial, assimilativa e criativa, ao teorizar sobre sua tradução de contos noruegueses (cf. Aubert, 1995a).

Parto da idéia segundo a qual para colocar a “tradução cultural” em termos de possibilidade relativa, Aubert necessita idealizar o controle da instabilidade da língua e da relação entre língua e cultura, pela instituição de construtos, tais como: “instabilidade relativa da língua” e “interpenetrabilidade relativa entre língua e cultura”. A primeira preocupação de Aubert, ao tratar de tradução cultural, refere-se à natureza instável da língua e da tradução. Então estabelece os construtos que idealizam estabilidade, para propor as abordagens tradutórias (matricial, assimilativa, criativa) e justificar a sua intervenção nas línguas envolvidas na tradução dos contos noruegueses, a qual deu origem às obras *Askeladden e outras aventuras* e *Novas aventuras de Askeladden*. Ele necessita idealizar a estabilidade para instituir um tradutor, cujo raio de ação se circunscreveria aos limites das abordagens referidas.

Entretanto a estratégia aubertiana não o livra de conflito, ele se pergunta até que ponto o traduzir se mostra viável sem se despir ou se travestir exatamente naquilo que vai para além do léxico e da gramática, da forma para o conteúdo e deste para os universos das representações da realidade (cf.p.32). Pode-se afirmar que este conflito, assim colocado, considera a tradução a partir de um lugar de instabilidade e de resistência ao controle, e, também, traz embutido um outro conflito: como se coloca o tradutor em relação à língua e em relação à correlação língua/cultura. A partir da sua pergunta, levanta-se a desconfiança de a relação entre sujeito e objeto não ser uma relação sistematizável, quanto se deseje.

Diante disso que chamo de conflito, Aubert apóia-se na separação, proposta pela ciência linguística, entre sujeito e objeto e aposta na isenção do tradutor que, segundo

ele, ou “se rende a injunções externas” ou “deliberadamente assume uma postura criativa” (p.36). Mas essa estratégia esbarra no pressuposto primeiro do qual parte o teórico, quando afirma que “qualquer operação tradutória gerará, de qualquer modo, textos e discursos lidos e interpretados por seu(s) destinatário(s) como contendo um ou mais componentes culturais, a despeito da filtragem que, intencionalmente ou não, tenha sido perpetrada” (p.31). Donde se conclui que há uma correlação inevitável entre tradução/língua/cultura, que não é controlada pelo tradutor, mesmo que o queira. Ou seja, o tradutor não controla a correlação e não o faz, porque a dissociação sujeito/objeto se concretiza apenas como desejo, como idealização, e o tradutor não se isenta da língua e da cultura, para traduzir, a sua interferência é inevitável.

É, paradoxalmente, esse emaranhamento que Aubert procura desfazer. De um lado, o autor admite a instabilidade da língua e de sua estrutura: “Mas este composto estrutural e histórico, coletivo e individual é, por natureza, instável. Instável é a história e instável é, também, a estrutura” (p.34). Mas, na sua concepção, esta instabilidade da língua inviabilizaria o seu ideal de tradução; já que por trás da instabilidade está o emaranhamento entre sujeito (tradutor) e objeto (língua/cultura) e o impedimento de controle deste último.

De outro lado, para tentar dar conta desse “problema”, Aubert constrói a característica da “instabilidade relativa”, buscando, de alguma maneira, limites para a instabilidade da língua:

Finalmente, a interação entre os dois planos, sistema e uso (no sentido de Hjelmslev, 1943), é a interação entre fenômenos de natureza muito diversa, o primeiro tende à atemporalidade, o segundo amarrado a essa mesma temporalidade e, à primeira vista algo paradoxalmente, o primeiro investido da potencialidade criativa, o segundo reduto de um

certo conservadorismo. Assim, o conjunto complexo estrutura + uso, que denominamos, coletivamente, língua, se caracteriza pela instabilidade relativa<sup>7</sup>. (1995a:34)

A construção da “instabilidade relativa” não livra o teórico do conflito: primeiro, porque o construto está centrado na possibilidade de se divisar o estável do instável, entretanto na sua argumentação admite uma interação entre sistema e uso, e não esclarece qual desses termos responderia pela estabilidade e qual abarcaria a instabilidade. Em segundo lugar, independentemente de definição de que termo é estável e qual é instável, estes termos estão amarrados, o que torna mais complicado justificar de que maneira o complexo sistema + uso caracterizaria a “instabilidade relativa”. Restam as perguntas: como exatamente o conjunto estrutura + uso responde pela instabilidade relativa? O que vem a ser “instabilidade relativa”? Como estabelecermos graus de instabilidade? Tal estabelecimento supõe a possibilidade de controle, mas como fazê-lo, se a língua é a composição do complexo estrutura + uso em interação, e um fenômeno histórico, social e cultural? Se o que há é a interação, não há como sustentar a divisão do instável no estável, e a argumentação utilizada para definir a abrangência da “instabilidade relativa” denuncia esta limitação.

A sua discussão, via o argumento centrado na “estrutura + uso”, de um lado, não explica a idealização da “instabilidade relativa”; de outro lado, evidencia a resistência

---

7) Levanto a hipótese de haver na seqüência “[...] o primeiro tende à atemporalidade, o segundo amarrado a essa mesma temporalidade [...]” um erro, levando em conta a construção da argumentação. Considero que onde se lê temporalidade dever-se-ia ler atemporalidade. Essa alteração aparece implementada no ensaio *Da Instabilidade Nasce a Tradutibilidade*, em que o autor não mais relaciona o complexo sistema/uso à “instabilidade relativa”. Defende que “assim, é o complexo sistema (estrutura) + uso – que denominamos, coletivamente, língua – que se caracteriza pela instabilidade, por um estado permanente de porvir”. Todavia a discussão que proponho se liga às construções propostas no ensaio *Desafios da Tradução Cultural (As Aventuras Tradutórias do Askeladden)* e é a ele que retorno para sugerir que o erro apontado evidencia mais ainda o conflito que venho discutindo.

da língua à divisão proposta. O recurso da “instabilidade” - que supõe a possibilidade de divisar na língua a estabilidade, delimitando-se a instabilidade, para controlá-la - é frágil, pois “a língua se mostra como um constituinte da natureza mais íntima do ser humano - ainda que não exclusivamente do ser humano-, inserido na história e em cada momento desta história e dos percursos coletivo e individual” (p.32). Se a língua é histórica, ela não se faz independentemente das perspectivas dos sujeitos que a produzem. O que nos remete, de novo, ao emaranhamento entre sujeito e objeto, do qual não se escapa e que a “instabilidade relativa” não desfaz, apesar do desejo pelo controle desta correlação.

E o projeto é levado adiante. No plano da tradução, da “instabilidade relativa da língua” decorreria a “interpenetrabilidade relativa da correlação língua/cultura”, facultando a possibilidade relativa da tradução cultural (cf.p.34). Mas, sugiro que um problema pode ser levantado: como a “instabilidade relativa” não desfaz o emaranhamento entre sujeito e objeto, como defender uma “interpenetrabilidade relativa”, que supõe controle da correlação língua/cultura? Quem estabeleceria os limites entre língua e cultura e o lugar de intersecção, para garantir a sistematização da correlação língua/ cultura? Este controle se efetiva apenas como desejo, e a realização daquilo que se supõe ser o controle é de fato a intervenção do sujeito na correlação língua/cultura, a qual não se deixa fixar, fruto que é da perspectiva de quem traduz.

Quando descreve sua experiência de traduzir os contos folclóricos noruegueses que deram origem às obras *Askeladden e Outras Aventuras* e *Novas Aventuras de Askeladden*, afirma o objetivo de resgatar a “norueguesidade” e que de fato esta tradução é uma leitura possível e deseja que ela se coloque entre as traduções possíveis da obra em questão. A “norueguesidade” é uma leitura, outro tradutor, dados outros objetivos e circunstâncias, faria outra leitura. Esta parece uma decisão bem tranqüila.

No entanto, Aubert se apega a procedimentos comprometidos com a idealização do tradutor-mediador, ou seja, o tradutor visto como aquele que, idealmente, manipula a língua, a cultura e a tradução “de fora”, não comprometido com sua história, seu tempo e sua perspectiva, fazendo supor que este procedimento é privilégio da abordagem criativa.

Ao recorrer às abordagens tradutórias (matricial, assimilativa e criativa) para discutir o “resgate da norueguesidade”, reedita as modalidades tradutórias desenvolvidas quando é proposto um modelo de quantificação de dados (ver Aubert, 1984). Na tradução matricial predominam as formas da tradução “direta”, com seus empréstimos, decalques e traduções literais; na tradução assimilativa predominam os recursos da tradução “oblíqua”, ou seja, ocorrem a modulação, transposição e adaptação; e a tradução criativa se efetiva quando o tradutor é co-autor sem disfarces (cf. pp. 35-36). Esta estratégia aproxima-o, novamente, da abordagem lingüístico-tradutória.

Na busca do que Aubert chama de resgate da norueguesidade, o recurso às abordagens referidas é uma forma de lidar com a intervenção do sujeito, que os construtos “instabilidade relativa” e “interpenetrabilidade relativa” não controlam. Buscam-se limites para a intervenção do tradutor: ora este se rende a “injunções externas”, ora assume “deliberada postura criativa”, o que pode sugerir que, ao traduzir e fazer suas opções, o tradutor pudesse se isentar da língua, da cultura, do complexo língua/cultura. Tentar colocar o tradutor na posição daquele que controla a própria intervenção é esquecer o pressuposto primeiro do qual parte Aubert: “toda operação tradutória gerará, de qualquer modo, textos contendo um ou mais componentes culturais, a despeito da filtragem que, intencionalmente ou não, tenha sido perpetrada” (p. 31).

Esta situação revela o *double bind* e mostra que o sujeito não domina o complexo língua/cultura e irremediavelmente está atrelado a ele. Os construtos “interpenetrabilidade relativa” e “instabilidade relativa” são utilizados para tentar controlar esse *double bind*, mas esta tentativa só o evidencia; evidencia, também, a resistência da tradução ao “estável e único”, que Aubert busca na língua. Mais uma vez lembremos que Ottoni discute que o papel do tradutor é “duplo”, que o sujeito, ao traduzir, está “entre” a diferença de dois sistemas lingüísticos e no “meio” *das várias línguas* que compõem as línguas envolvidas na tradução (cf.1996:23). A partir dessa visão de sujeito e da constatação de que toda operação tradutória apresenta um resíduo cultural a despeito de qualquer filtragem, podemos sugerir que o tradutor está entre culturas e seus sistemas lingüísticos e no “meio” – na mistura – do complexo língua/cultura que toma parte na tradução. Seguindo Aubert (1995a:31), o complexo língua/cultura se impõe e o sujeito interpretante intervém com sua língua: sua história, seu tempo, sua cultura, com sua perspectiva.

### 3. OS DESVIOS DA TRADUÇÃO: três questões polêmicas em Francis Henrik Aubert.

O livro *As (In)Fidelidades da Tradução – servidões e autonomia do tradutor* é um lugar de reflexão sobre tradução em que Aubert apresenta uma crítica a certa visão de tradução que ele chama de tradicional, levanta questões a serem investigadas e estabelece como objetivo de sua análise responder às questões propostas e fornecer elementos que permitam uma revisão do papel tradicionalmente atribuído ao tradutor e à tradução (cf.1994a). A reflexão é indubitavelmente relevante para a discussão do que

chama de redimensionamento do papel tradicionalmente atribuído ao tradutor e à tradução, e encena os conflitos que uma tarefa desse tipo impõe.

A composição do livro compromete-se com uma tentativa de dar conta da tradução vista como fenômeno; essa mesma composição traz à tona a tradução que se impõe como acontecimento. Aubert na elaboração de sua teorização, idealiza a separação processo/produto, para abordar a tradução como ato comunicativo e considerá-la um fenômeno. Em outras palavras, busca um mecanismo que responderia pelo funcionamento da tradução, no qual o tradutor se encaixaria; mas, essa tentativa de separação dos pólos processo/produto esbarra na intervenção do tradutor e conduz a desvios.

Sobre o conflito entre tradução como fenômeno e tradução como acontecimento, Ottoni (1998b:01) comenta, em acordo com Derrida, que a tradução encarada como acontecimento revela o *double bind*: a possibilidade e a impossibilidade – a necessidade e a impossibilidade de sua realização. E, ainda, que as teorias e as histórias da tradução são constituídas na tentativa de estabelecer e detectar a tradução como um mecanismo, cujo funcionamento está previsto e pode ser identificado. É com esse tipo de estratégia que Aubert está comprometido, ao tentar dar conta das questões que levanta e se propõe a responder. Perguntas que estavam latentes, na abordagem lingüística, e que não eram expostas diretamente assumem nesse momento grande relevância na reflexão aubertiana, quando se anuncia a busca de revisão do papel atribuído tradicionalmente ao tradutor e à tradução:

- (1) É cabível exigir do tradutor o seu próprio apagamento?;
- (2) Em que medida é aceitável o desvio do texto traduzido em relação ao original? e

- (3) Admitida a diversidade linguística e cultural, sem as quais estaria prejudicada a própria razão de ser da tradução, até que ponto a diversidade constitui, efetivamente, um conjunto de “servidões” impositivas? (1994a:08)

A partir da discussão dos diversos fatores condicionantes do ato tradutório, espera-se colher subsídios suficientes para que sejam respondidas as questões sugeridas na introdução e retomadas no último capítulo do livro:

- (1) É cabível exigir do tradutor o seu próprio apagamento, ou seja, esperar que ele evite, na medida (sobre)humanamente possível, uma atuação que resulte em um filtro entre o texto original e a recepção do texto traduzido na língua de chegada?;
- (2) Em que medida os desvios decorrentes de tal confronto são ou não admissíveis na tradução? e
- (3) A diversidade imposta pelas línguas e culturas de partida e de chegada do ato tradutório constitui, efetivamente, um conjunto de “servidões” que se impõem ao tradutor? (1994a:79)

Entre a apresentação das questões e a sua retomada com respostas há uma negociação, no âmbito da discussão dos fatores que tomam parte no ato tradutório, comprometida com a categorização das variáveis que interferem na tradução (cf.pp.13-14) e com a tentativa de tratar a tradução como fenômeno, cujo mecanismo possa ser previsto. Todavia a tradução resiste a esse tratamento, ou seja, resiste à categorização e à domesticação com as quais se acena e por isso o teórico precisa, ao retomar as questões, alterá-las e tentar conformá-las à maneira como os fatores interferentes da

tradução foram abordados, ao longo do seu livro. Há o desvio e o cotejo entre as versões, nos dois momentos, pode nos dar indicações desse desvio teórico. Inicialmente, o estabelecimento das perguntas está comprometido com a crítica do que Aubert chama de “visão bastante difundida de tradução e do traduzir” (p.07). Nessa visão, o agente da tradução e do traduzir tende a ser visto como submetido a várias servidões. Submisso ao original e às restrições impostas pelas diversidades lingüísticas e culturais, o tradutor deveria, na medida do possível e do impossível, abstrair o seu próprio ser, tornar-se um mero canal para permitir a passagem “plena” do texto original à sua nova configuração lingüística. Nessas condições, o tradutor acaba sendo considerado um mal necessário. Admite que casos de incompetência há, mas não se trata de analisar a condição do tradutor nesse plano; para ele, outras são as questões que merecem atenção (cf.p.08).

Quando as questões são rerepresentadas, o seu compromisso não mais se reporta à crítica feita a uma “visão bastante difundida de tradução e do traduzir”. O compromisso é com a dificuldade metodológica reportada – as questões apresentadas inicialmente dizem respeito ao processo da tradução (cf.pp.8-9) - e com a concepção de tradução que preside à discussão dos fatores que tomam parte na tradução e que será a base de informações para Aubert responder às questões apontadas como pertinentes. Considero que estas, da forma como são rerepresentadas, divergem em relação à primeira proposta.

Num primeiro momento, a questão (1) – “É cabível exigir do tradutor o seu apagamento?” – vem questionar a idéia segundo a qual “o tradutor deveria, na medida do possível e do impossível, abstrair o seu próprio ser, tornar-se um mero canal, livre de “ruídos” ou outras obstruções à passagem “plena” do texto original à sua nova configuração lingüística”, ou seja, o texto traduzido. Quando esta questão é retomada há um desvio. Não se analisa mais o papel do tradutor, a partir do confronto entre texto

original e texto traduzido, mas a partir da relação original/recepção do texto traduzido. Introduce-se a expectativa do receptor, ou a imagem que o tradutor faz dela, como um parâmetro direcionador da atuação do tradutor, na suposição de que esse possa dar a medida da intervenção do tradutor, mas esse recurso não impede o desvio como será discutido mais adiante. É esse mesmo aspecto que responde pela divergência entre as versões da questão (2): “Em que medida é aceitável o desvio do texto traduzido em relação ao original?” e “Em que medida os desvios decorrentes de tal confronto [entre o texto original e a recepção do texto traduzido na língua de chegada] são ou não admissíveis na tradução?”.

A diversidade lingüística e cultural, na primeira versão da questão (3), é assumida como inerente à tradução; já, na segunda versão, aparece como uma imposição promovida pelas línguas e culturas de partida e de chegada do ato tradutório. Referência é feita ao ato tradutório, não à tradução, embora o que se busque seja “a revisão do papel do tradutor e da tradução”, não do ato tradutório. Esse “desvio” tem relação com a dificuldade metodológica, apontada anteriormente, de estudar a tradução como processo. Assim, ele desloca a sua reflexão para o âmbito do ato tradutório. E por isso precisa deslocar as suas perguntas, reformulando-as.

Para tratar do processo da tradução e propor a revisão do papel tradicionalmente atribuído ao tradutor e à tradução, o teórico necessita recorrer ao ato tradutório. Diante do impasse causado pela dificuldade metodológica, por ele anunciada (cf.p.8), de estudar a tradução como *processo*, é necessário negociar uma concepção de tradução como *fenômeno* (ato tradutório), para tratar os fatores que interferem nesse ato tradutório dentro de um funcionamento previsto, como se se tratasse de um produto. Assim, quando se refere ao processo usa o termo tradução, e, quando busca caracterizar

a situação em que esse processo ocorre, percebe-se uma flutuação entre o uso das noções tradução e ato tradutório.

Ele parte da idéia de que toda tradução é motivada por uma necessidade ou por um conjunto de necessidades subjetivas ou objetivas, individuais ou coletivas, que se manifestam em face de um bloqueio parcial ou total na relação comunicativa Emissor <- > Receptor e que possa ser atribuído a interferências provocadas pela variação lingüística. Aubert esquematiza esta situação da seguinte forma (p.10):

(1) Emissor —> mensagem<sub>1</sub> —> <bloqueio> / receptor

(2) Emissor —> mensagem<sub>2</sub> —> receptor

Em que:

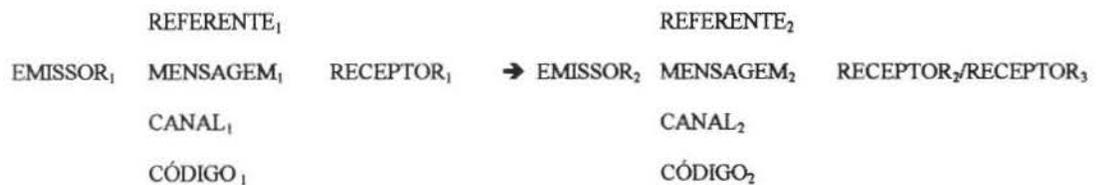
Mensagem<sub>1</sub> => mensagem<sub>2</sub>

Há uma segunda relação comunicativa que, segundo Aubert, se substitui à primeira ou que de alguma forma a completa. O segundo **ato comunicativo** (ênfase minha) se fundamenta numa relação de equivalência, ou seja, as mensagens geradas no primeiro e no segundo atos comunicativos mantêm entre si um certo grau de correspondência. No entanto, aponta a dificuldade de tratar da correspondência, cuja natureza precisa constitui um dos principais desafios para a reflexão sobre o fenômeno tradutório, especificamente, e sobre o fenômeno lingüístico, em geral (p.10).

Aubert admite que as mensagens são por necessidade diferentes, em um ou mais aspectos, e que alterações e variações as mais diversas ocorrem na passagem de um ato comunicativo para outro; entretanto, a ênfase da sua abordagem recai na busca de categorização das variáveis que tomam parte na consecução do que chama de “ato tradutório”. Ele reafirma seu propósito:

Constitui uma das hipóteses de trabalho dessa reflexão a afirmação de que a configuração específica de cada um desses conjuntos de variáveis e o modo de interação entre os mesmos produzem, em princípio, um número de interdependências, determinações e constelações (no sentido dado por Hjelmslev, 1943, a esses termos) teoricamente infinito, embora passíveis de categorização. E um dos propósitos fundamentais aqui perseguidos será o de propor tal categorização das variáveis pertinentes à consecução do ato tradutório. (pp.13-14)

Para perseguir esse ideal, o teórico, partindo do esquema clássico da comunicação organizado por Jakobson, transpondo-o para a configuração como definira a situação-tipo em que a tradução se manifesta, propõe nova configuração para o ato tradutório:



O recurso ao “ato tradutório” mostra a busca do estável. É o lugar de idealização da estabilidade que sustentaria qualquer tentativa de fixação de parâmetros direcionadores da ação do tradutor. A divisão tradução como processo/tradução como produto não dá conta da interferência do sujeito, que resiste à parametrização e se mostra desestabilizadora da categorização de variáveis que o autor busca empreender em sua reflexão. A forma de minimizar a dificuldade é a divisão processo/produto, mas esta não é estanque e os limites entre uma coisa e outra não são tão precisos e a oscilação conceitual, encenada ao longo da reflexão proposta, revela isso. Recorrer ao

ato tradutório é recorrer a um auto-funcionamento dos fatores que interferem na tradução; em outras palavras, esse auto-funcionamento, que é idealizado, diria respeito a um funcionamento independente do sujeito ou, ainda, estaria em interação com um sujeito pré-fabricado, idealizado dentro de parâmetros fixos para se encaixar em um funcionamento previsto, que pode até ser passível de variações e de interação entre variáveis, mas prevê uma categorização que supostamente fecharia a tradução em limites concretos.

Para tratar dos fatores que interferem na tradução – no ato tradutório–, o autor parte do modelo de comunicação de Jakobson e idealiza um funcionamento, uma sistemática em que cada fator, inclusive aquele referente ao papel do tradutor, teria uma abrangência bem delimitada. Embora busque tratar esses fatores como independentes de um sujeito produtor de sentidos, a tradução resiste e traz à cena a intervenção desse sujeito, mas mesmo assim ele não se entrega à inevitabilidade da intervenção do tradutor, considerado, na resposta dada à questão (1), agente e produtor de texto.

### 3.1 APAGAMENTO IMPOSSÍVEL: será inevitável a intervenção do tradutor como produtor de sentidos?

Quanto à questão (1), a análise das relações imagéticas entre os participantes dos diversos atos de comunicação, a constatação de que ocorre intersecção entre as mensagens - pretendida, virtual e efetiva - e que jamais existe identidade, todos esses fatores comprovam a inviabilidade do “apagamento”. Aubert afirma:

terá [o tradutor] de tomar decisões nos mais diversos níveis: comunicativo lingüístico e técnico. É, portanto e inevitavelmente, agente, elemento ativo, *produtor* de texto, de discurso. Mesmo a tentativa de apagamento – que, de fato, nada mais pode pretender do que ser uma tentativa, através do persistente esforço de colocar-se “no lugar do outro” – constitui, além de um objetivo inalcançável na sua plenitude, uma opção pessoal do tradutor, e, portanto, em última análise, o texto traduzido portará as marcas dessa opção pessoal. (1994a: 80-81)

Ao responder à questão, dois fatores do esquema que compõe o ato tradutório são mencionados: os participantes e as mensagens. Vejamos em que medida a reflexão sobre esses fatores contribui para a resposta da questão; não nos esqueçamos de que um dos objetivos do teórico é “propor a categorização das variáveis pertinentes à consecução do ato tradutório” (1994a: 14).

Lembrando o esquema comunicativo/tradutório exposto anteriormente, pode-se identificar Emissor<sub>1</sub> (emissor do original) e Emissor<sub>2</sub> (emissor tradutor). Enfatiza-se que, embora possa tratar-se de uma mesma pessoa, certamente os papéis são distintos, e nesse caso particular o momento é outro, os destinatários são presumivelmente outros, e

a motivação dificilmente será idêntica (1994a:23-24). Trata-se da relação entre autor/tradutor. Para discutir a relação entre emissor<sub>1</sub> e emissor<sub>2</sub>, parte da idéia segundo a qual em qualquer situação em que ocorre uma interação intersubjetiva – inclusive, mas não apenas com o suporte do código lingüístico – estabelece-se entre os participantes uma rede de relações imagéticas, que são apresentadas de forma bem linear, sem conflito, isto é, desde que respeitados certos procedimentos, a aproximação ideal entre autor e tradutor pode ser alcançada<sup>8</sup>.

Entretanto, mais adiante, outros participantes são apresentados. Para o autor os participantes mais diretos da relação tradutória são o receptor-tradutor, o emissor-tradutor e o receptor-intermediário. Como receptor, o tradutor pode ser entendido como mais um destinatário da mensagem original, no âmbito do ato tradutório esse receptor-tradutor terá uma atitude diversa daquela empreendida pelo “leitor comum”, já que, nesse papel, a sua leitura não visa apenas uma reconstituição da mensagem, mas ele é o primeiro a cogitar dos problemas de ordem lingüística (estilo, terminologia etc) e factual que a tarefa de traduzir lhe irá impor (cf.p.26). Ao assumir o papel de emissor<sub>2</sub>, o tradutor vê-se diante de outras contingências em relação a um leitor comum. Estabelece, direta ou indiretamente, uma relação comunicativa com os receptores: (1) o emissor<sub>2</sub>, consciente ou inconscientemente, tenderá a considerar que as condições de recepção vivenciadas por ele tradutor e pelos destinatários são “ao menos parcialmente distintas”; e (2) o emissor<sub>2</sub> negocia significados e sentidos não mais apenas com o texto original e com o construto mental que corresponde à sua visão do autor original do texto, mas com

---

8) Aubert apresenta a rede imagética: “Essa rede, obviamente, constitui-se de maneira dinâmica e, desde que se integre às imagens (iii) [uma determinada imagem de situação específica da interação], (viii) [uma determinada imagem da imagem que tal(is) interlocutor(es) se faz(em) da situação específica da interação], (xi) [uma determinada imagem da situação específica da interação] e (xvi) [uma determinada imagem da imagem que tal(is) interlocutor(es) se faz(em) da situação específica da interação] uma intencionalidade de aproximação e estabelecimento (negociado e conciliado, que seja) de uma base comum, pode-se observar, no desdobramento da relação dialógica, constantes ajustes em direção a uma sintonia cada vez mais fina entre os interlocutores”. (1994:25)

o construto mental, o de sua visão, do conjunto de receptores da tradução que empreenderá do texto, que substituirá o primeiro na recepção do público-alvo. Sendo assim, é outra a situação comunicativa, são outras as relações intersubjetivas e, necessariamente, será outra a abordagem do texto no decorrer da execução do ato tradutório (cf.p.27). Se as situações são tão particulares, como categorizar a participação de cada componente mencionado e assegurar que todo esse esquema funcione dentro do previsível? As suas respostas podem ajudar aqui: não há possibilidade de apagamento do tradutor, “a tentativa de apagamento, através do esforço de colocar-se no lugar do outro, só se concretiza como tentativa” (pp84-85). Então, por mais que se tente fechar o funcionamento das relações entre os participantes do ato tradutório, este não se fecha por que não há como colocar-se no lugar do outro. Por mais que queiramos arrolar as relações que se estabelecem no que se denomina aqui de ato tradutório, alguma particularidade sobra e nova variável tem de ser adicionada. Além disso há o desvio e o tradutor é um produtor de texto.

Idealiza-se o ato tradutório como o lugar da estabilidade em que o tradutor poderia negociar significados e sentidos dentro de uma estrutura fechada, de uma estrutura pré-definida. Entretanto, nada garante que as indicações fornecidas ao tradutor tenham afinidade com a realidade e, ainda, nessas relações intersubjetivas, é possível identificar o que talvez seja uma das principais faixas de risco para a efetivação do ato tradutório que seja satisfatório aos seus diversos participantes (cf.p.8). Não há garantia de inserção da atuação do tradutor em limites previstos. Há a possibilidade de risco, de “desvio do texto traduzido em relação ao original”, como veremos a propósito da discussão em torno da questão 2.

Outro elemento que precisa ser levado em conta para analisarmos a resposta dada à primeira questão diz respeito às mensagens. Aubert constrói um sistema

composto por três tipos de mensagens – buscando mostrar o que ocorre na interação comunicativa-, para, então, questionar o compromisso tido como auto-evidente de fidelidade a que o tradutor está sujeito. Promove uma revisão da noção de fidelidade, à medida em que o tradutor transforma a mensagem pretendida do original, estabelecendo com esta uma relação de não-identidade. Entretanto, o autor busca os limites desta fidelidade redefinida entre os pólos identidade/diversidade, imbuído da ilusão de um núcleo estável que permeia a “leitura” feita pelo tradutor da mensagem pretendida do original.

O emissor, para Aubert, participa de uma interação comunicativa que transita por três tipos de mensagens: a mensagem pretendida, a mensagem virtual, a mensagem efetiva. A mensagem pretendida – aquilo que o emissor “quis dizer”, a sua intenção comunicativa – mantém uma intersecção com a mensagem virtual – conjunto de leituras possíveis a partir da expressão linguística efetivamente gerada. A mensagem virtual é transformada gerando a mensagem efetiva – aquela que se realiza na recepção linguística em parte pelo saber e pela intenção receptiva do interlocutor:

representa [a mensagem efetiva] novo compromisso em que as potencialidades da mensagem virtual são, novamente, apreendidas de forma parcial e transformadas pelos elementos do suporte cognitivo da mensagem efetiva, não necessariamente mais “pobre” que a mensagem pretendida (às vezes ao contrário), mas certamente diferente desta em vários aspectos. (pp.73-74)

O autor busca mapear o que acontece naquilo que chama de interação comunicativa, como ponte para mostrar como esse processo se manifesta na tradução interlingual. No caso específico da tradução interlingual, acrescenta-se a essa configuração uma dimensão nova. O ato tradutório toma como ponto de partida uma mensagem efetiva, isto é, a mensagem derivada do texto original tal como decodificada

pelo receptor tradutor e a transforma em nova mensagem pretendida (não idêntica à mensagem efetiva). Apóia-se, ainda, no ato tradutório, para inserir os construtos mencionados, que vão possibilitar inserir a noção de transformação operada pelo tradutor.

No interior da tradução, o autor delimita o lugar da tradução interlingual e do ato tradutório, buscando entrever um funcionamento deste último que ele aproxima do funcionamento do ato comunicativo. Como a tradução se esquia a esse tipo de tratamento, o recurso ao ato tradutório vislumbra a possibilidade de lidar com a sistemática que preside o processo tradutório, mesmo que essa se desvaneça à medida que admitimos isso que é chamado de a leitura do tradutor, e que prefiro chamar de intervenção, e que tem uma relação direta com a produção de sentidos. O ato tradutório da forma como é abordado assume uma independência, um “auto-funcionamento”, de tal forma que poderíamos até assumir que a sua existência independe mesmo de um tradutor. Dito de outra forma, o ato tradutório é um fenômeno no qual o tradutor se encaixa. Entretanto ele não existe enquanto tal, já que não existe em si a mensagem pretendida do original, pois “a expressão linguística, que manifesta a intenção comunicativa do emissor, já representa um compromisso entre tal intenção e as possibilidades expressivas do código e do próprio emissor”. E a mensagem efetiva é resultado de leitura do tradutor, que então constitui a mensagem pretendida do tradutor, mas que não se fixa, visto que nem aquele que produz tem domínio pleno “dos meios de expressão” (pp.73-74).

É com base nessa elaboração das mensagens e da interação entre elas que Aubert questiona o compromisso de fidelidade comumente exigido do tradutor. O autor questiona: “Tal fidelidade reporta-se a quê?” (p.75). Reporta-se a algo inacessível: a mensagem pretendida pelo emissor do original. E vai mais longe, ao afirmar que a

matriz da fidelidade deve ser por imposição dos fatos a mensagem efetiva apreendida pelo tradutor. Seguindo as suas regras, diríamos que a mensagem efetiva também não é acessível e ele próprio o confirma:

Assim, a matéria prima da fidelidade há de ser, por imposição dos fatos, a mensagem efetiva que o tradutor apreendeu enquanto um entre vários receptores do original, experiência individual e única, não reproduzível por inteiro nem mesmo pelo próprio tradutor-receptor, em outro momento ou sob outras condições de recepção. (p.75)

Apesar de considerar a “matéria prima da fidelidade” uma “experiência individual e única”, “não reproduzível nem mesmo pelo tradutor-receptor”, ele continua a tratar a relação entre tradutor/original em termos de fidelidade. Justifica essa postura, afirmando que a fidelidade se define a partir da relação original/tradutor, e também em face da relação tradutor/imagem que o tradutor faz das expectativas do receptor. Dessa perspectiva, aponta que o requisito da fidelidade tende a requerer do tradutor a busca e o estabelecimento de um *locus* de equilíbrio entre o centrífugo (a tendência à alteridade) e o centrípeto (a busca pela identidade) (cf. pp.75-76).

O estabelecimento desse locus de equilíbrio, se o vemos como a fixação de uma solução, revela-se improvável. Se as bases disso que ele chama de fidelidade ligam-se a uma experiência que não se repete, não se fixa, e estão ligadas, também, a uma imagem que o tradutor faz da expectativa do receptor, não há porque tratar de fidelidade. Poderíamos discutir a questão em termos de necessidade, necessidade de um núcleo intocado e intocável, que sabemos que não existe; é a *anankê* como é discutida por Derrida (1985b: 115) e confirmada por Aubert:

Mas, não houvesse a *tentativa* da fidelidade, a busca sistemática e obstinada de atinar – ainda que em vão – com o que o autor “quis dizer” e de encontrar meios de expressão para essa intenção comunicativa suposta, também não haveria tradução diálogo, intertextualidade, intersubjetividade, mas, tão-somente, discursos diversos, cruzados, desconexos, mutuamente incompatíveis. (1994a:77)

Então, o que ocorre é uma tentativa de fidelidade, uma busca vã por identidade; assim como é vã a busca pelo locus de equilíbrio, como ele nos mostra, quando afirma que a área de equilíbrio não parece definível em termos de um ponto fixo e imutável, definível normativamente, a priori. Há oscilações, condicionadas por fatores presentes no processo tradutório: fatores vinculados aos participantes, fatores relacionados ao complexo código/referente e fatores que derivam das funções do texto e do grau de identidade ou diversidade entre essas funções no ato tradutório (cf.p.76). Esses fatores todos têm relação direta com a interferência de um sujeito produzindo significados. Mas o autor não se entrega às evidências levantadas por sua própria discussão: evidências de que não são os fatores em si que barram a demarcação e fixação do lugar de equilíbrio, mas a intervenção de um sujeito produtor de sentidos.

A partir da duplicidade que a discussão sobre fidelidade evidenciou, ele ressalta um paradoxo da tradução, que estaria entre a diversidade – instituída pelo compromisso do tradutor de fidelidade à mensagem efetiva e ao destinatário vislumbrado – e a identidade, “a tentativa da fidelidade, a busca sistemática e obstinada de atinar – ainda que em vão – com o que o autor original ‘quis dizer’”; para concluir que “a fidelidade, na tradução caracteriza-se, pois, pela conjunção de um certo grau de diversidade com um certo grau de identidade” (pp.76-77).

Isola diversidade e identidade em dois pólos opostos e delimitáveis, não trata a questão da identidade, ou melhor, a busca por identidade no interior do que chama de diversidade. A identidade é a necessidade do estável, é, supostamente, o limite da interferência do sujeito/tradutor.

O teórico encontra-se em dupla posição. Retomando o que Ottoni comenta sobre o fato de as teorias e histórias serem constituídas na tentativa de estabelecer e detectar a tradução como um mecanismo cujo funcionamento pode ser identificado e previsto (cf.1998b:01), assumo que Aubert está entre a tentativa de estabelecer um funcionamento do ato tradutório - em que os fatores condicionantes desse ato seriam categorizados - e entre a impossibilidade de levar adiante o seu projeto independentemente da intervenção do sujeito; agora, visto como agente, produtor de texto cujo apagamento é impossível. Como se houvesse pelo menos dois momentos na sua teorização: um em que o autor tenta tratar a tradução como ato tradutório e sua discussão se amarra ao esquema de comunicação organizado por Jakobson. E outro em que, a partir da discussão anterior, o autor admite a inevitabilidade da intervenção do tradutor como produtor de textos, entretanto não tem condições de levar às últimas conseqüências, a partir do interior de sua teorização, a admissão da impossibilidade de apagamento.

### 3.2 TRADUZIR É DESVIAR: mas até onde o desvio é aceitável?

Na segunda resposta, Aubert coloca-se em terreno complexo. Parte da assertiva de que traduzir é desviar, mas assume que há um limite entre o que é aceitável como desvio e o que não o é:

é a existência do desvio (que preexiste ao ato tradutório e se confirma nele) que institui a própria tradução, que a justifica como operação linguística, cultural e comunicativa. No entanto, para além de um (in)certo limite, o segundo texto deixa de ser reconhecível como a tradução do primeiro. (1994a:81)

A primeira dificuldade seria, então, identificar este limite. Se considerarmos a primeira resposta de que não há possibilidade de apagamento do tradutor, já que é produtor de texto, essa busca de limite já não se justifica mais. Uma das consequências de se considerar a impossibilidade de apagamento do tradutor é a revisão do papel tradicionalmente atribuído ao tradutor e à tradução: o tradutor inevitavelmente intervém na língua e a tradução se instala como um acontecimento. Buscar limites para o desvio é tentar colocar a tradução no âmbito de um fenômeno transcendental, que supostamente possa ser pensado independente da língua. Entretanto, a fixação de critérios imutáveis que definam o que é aceitável não se efetiva e o teórico necessita desviar:

a complexidade das relações intersubjetivas, a variedade motivacional dos interlocutores, as restrições não apenas linguísticas e culturais mas, com peso freqüentemente marcante, também as de ordem temporal, tornam no mínimo difícil, para não dizer impossível, estabelecer *in vitro* um critério ou um conjunto de critérios que assegure uma delimitação estável entre o aceitável e o inaceitável, um referencial fixo, aplicável a qualquer situação tradutória. (1994a:81)

Ele atribui a dificuldade à complexidade das relações que se propusera a categorizar, mas é a intervenção do sujeito na língua que desestabiliza a sua tentativa de sistematicidade. Isso aconteceu como vimos a propósito da tentativa de sistematizar a

intervenção do que chama de participantes do ato tradutório. Em relação às mensagens, o teórico não tem como fugir à leitura promovida pelo tradutor, entretanto, ainda assim, busca dispositivos que respondam pelo limite da atuação do tradutor, pois mantém a dicotomia diversidade/identidade. Estratégia semelhante é utilizada em relação à análise de outros fatores condicionantes do ato tradutório.

A questão temporal, por exemplo, é analisada em termos de diferenciais temporais<sup>9</sup>, que se sobrepõem e interagem no processo tradutório. A dúvida que fica é se esses diferenciais dão conta de categorizar a atuação do tradutor em face do tempo. Segundo o autor, os diferenciais de tempo de tipos (a) e (b) frequentemente se confundem em uma mesma dimensão (salvo na medida em que o diferencial de tipo (b) se entrelaça com o diferencial de tipo (c)). São variadas as influências sobre a realização do ato tradutório. Por exemplo, na interpretação simultânea a comunicação primeira e sua respectiva tradução são quase co-ocorrentes. Nesse caso, há lugar para certa hesitação, improvisação e recriação (cf.p. 16).

Quanto à tradução de textos cujos originais remontam a um ou mais séculos, chama-se atenção para a manifestação de diferenças diacrônicas marcantes, tanto de natureza lingüística quanto de natureza referencial, de visão de mundo. Estas diferenças, para ele, promovem problemas de interpretação e de decisões estratégicas sobre o encaminhamento a dar ao ato tradutório, cabendo ao tradutor:

- (i) optar entre uma atualização da linguagem vs. manutenção mais ou menos coerente do “arcaísmo” do original;
- (ii) assistir à leitura do texto

---

9) Aubert organiza os diferenciais temporais: (a) a distância que se estende entre a conclusão do processo de produção do primeiro ato de comunicação e o primeiro contato do tradutor com esse primeiro ato de comunicação; (b) a distância que se estende entre a conclusão do processo de produção do primeiro ato de comunicação e o início do ato tradutório; (c) a distância que se estende entre o primeiro contato do tradutor com o primeiro ato de comunicação e o início efetivo do ato tradutório, que diz respeito à memória; e (d) a distância entre o início e o fim do ato tradutório e que se prende à questão do prazo. (1994a:15-16)

traduzido com notas, glossários, comentários em prefácios etc., para facilitar o acesso à realidade extralingüística (inclusive ideológica) expressa ou implícita no original vs. proceder à sua maior ou menor “modernização” etc. (pp.16-17)

Nos casos em que ocorre um diferencial de tempo mais afastado do imediatismo, mas ainda dentro de uma faixa cronológica que se pode considerar “presente” e mantidas as demais variáveis idênticas, instituem-se condições favoráveis para a manutenção dos pontos de vista, interpretações, visões de mundo não-discrepantes entre o primeiro e o segundo atos comunicativos (original/tradução) e, ainda, que, a partir de um determinado grau de diferenciação, quanto maior o intervalo de tempo entre esses dois atos, maior a probabilidade de tais discrepâncias se manifestarem, ou, visto sob outro prisma, maior o esforço a ser despendido na execução do ato tradutório caso se pretenda evitar ou mitigar essas discrepâncias (cf.p.17).

A tese supõe condições favoráveis para a “manutenção” de pontos de vista, interpretações e visões de mundo não-discrepantes entre os “atos”, desde que sejam mantidas as outras variáveis – que não se mantêm, bem o sabemos. O que está em jogo efetivamente é a interferência transformadora do tradutor, que Aubert apesar das evidências parece querer ignorar e considerar o tempo como uma entidade isolada, independente de um sujeito. Há problemas de interpretação e decisões a serem tomadas. Essas interpretações e decisões serão assumidas e tomadas por um sujeito/tradutor, entretanto ele prefere considerar o tempo como um fator independente, supondo a possibilidade de esquecimento da interferência do sujeito. As dimensões temporais aparecem como parâmetros definidores da ação do tradutor. Sendo assim, suas decisões estariam enquadradas em limites: atualizar linguagem x manter arcaísmo; elaborar notas, comentários, glossários ou proceder à modernização; o que supõe que o tradutor

pode efetivamente resgatar a visão de mundo, a visão ideológica de um outro tempo, já que ele pode escolher entre sua manutenção ou não. A dimensão temporal assume uma autonomia e uma independência do humano.

Entretanto, ao discutir o diferencial de tipo (c), admite-se a possibilidade da interferência do tradutor. Com o progressivo distanciamento temporal, o texto original deixa para trás a sua estrutura discursiva “original” para cristalizar-se como uma imagem, objeto de desejo ou repulsa, de idealização positiva ou negativa (cf.p.18). A partir disso, pode existir um maior viés, uma maior apropriação do texto original por parte do tradutor, em sua ótica particular, um maior engajamento, uma maior participação do próprio tradutor na co-criação tradutória. Supõe-se que apenas nesse caso o tradutor interfere, mas a sua teorização desestabiliza essa expectativa.

Ao considerar a sua reflexão sobre a dimensão temporal, cogito que a tentativa de tratar o tempo como entidade independente do sujeito encena a necessidade de estabilidade que a atuação do tradutor desestabiliza. A estratégia de isolar no funcionamento do ato tradutório o referente como entidade autônoma e resgatável, também, é abalada, pois admite-se que o diferencial referencial é isolável até certo ponto (cf.p.48) e que há uma “leitura” referencial, transformadora. Trata-se da imposição do sujeito, que interfere produzindo sentidos. É o acontecimento da tradução.

Ao tocar no campo do referente, Aubert toca em território fartamente explorado (vide, em especial, Mounin, 1963; Nida, 1964; Nida e Taber, 1969): os problemas e as aparentes armadilhas que cercam a tradução diante das realidades distintas, de cultura a cultura (cf.Aubert, 1994a: 43). O teórico desvia-se da relação referente/tradutor, encaminhando a discussão em outra direção. Na passagem de uma língua para outra, a tendência é que se mude de um universo referencial para outro, não apenas em termos de visão de mundo, mas também em termos de realidades extralingüísticas (ecológicas,

materiais, sociais e religiosas/ideológicas) efetivamente distintas, e isto tem conseqüências talvez menos evidentes no que tange à tradução. O tradutor, então, fará opção entre três abordagens: (1) a inscrição do referente<sub>1</sub> no texto traduzido; (2) a substituição pura e simplesmente do referente de partida pelo referente de chegada (referente<sub>2</sub>); (3) ou uma solução híbrida, miscigenando elementos de ambos os referentes.

Essas abordagens contam com a possibilidade de conhecimento e apreensão cabais desses referentes, entretanto ele próprio afirma que a distinção entre referente de partida e referente de chegada (referente<sub>2</sub>) nem sempre é muito evidente (cf.p.44). De alguma forma, busca-se tratar o referente como independente do tradutor. Há um centramento no referente, de tal forma que este assume uma sistemática de funcionamento fora da interferência do tradutor.

Esse tipo de análise tenta deixar de lado a interferência do tradutor, com seu viés, seu tempo, sua perspectiva, seu referencial. Mas, por mais que se busque o centramento no referente, não se escapa à interferência do tradutor, já que, qualquer que seja a opção de tratamento do referente (transmutação ou inserção, parcial ou total, do referente de partida no universo do referente de chegada), não há como evitar o que Aubert chama de “leitura” referencial do texto traduzido, que tenderá à transformação (cf.p.47).

Vale dizer que é o tradutor com o seu cabedal, com o seu conhecimento da sua língua e da sua cultura, que vai interagir com outro universo língua/cultura, a partir de sua perspectiva. A tentativa de centrar a análise no referente, supondo-o independente em relação ao tradutor, vai inevitavelmente esbarrar nesse tradutor e em suas interferências. As tentativas de categorização dos fatores que interferem na tradução

mostram a limitação dessas tentativas. Apesar de apontar para a “leitura” referencial e afirmar a transformação nela operada, ele busca limites para a interferência do tradutor.

Na tradução de textos técnicos, jurídicos e similares – genericamente, denominados textos pragmáticos –, Aubert afirma que o diferencial referencial é, ao mesmo tempo, explícito e, até certo ponto, isolável. Por exemplo, uma nota de rodapé ou um aposto parentético pode bastar para fazer entender ao receptor final da tradução o sentido da sigla CPF/MF em um texto jurídico (cf.p.48). O autor afirma que o diferencial referencial é explícito e isolável **até certo ponto** (ênfase minha); então, se é até certo ponto, não se pode ter garantias de que a nota de rodapé ou o aposto parentético vão atingir eficientemente o seu receptor.

Nos textos culturais, ou literários *latu sensu*, continua Aubert (1994a:48), esse referencial tende a apresentar-se de forma mais sutil. Em muitos desses textos, a especificidade referencial é tomada como dada de antemão, não exigindo verbalização, e por isso mesmo corre o risco de escapar à percepção do receptor-tradutor. Quanto à possibilidade de apreensão dessa especificidade referencial, ele afirma que nesta matização cultural generalizada, a especificidade referencial tende a ser menos facilmente isolável, inserindo-se em toda uma rede de alusões diretas e indiretas que, em seu conjunto, institui o pano de fundo cultural ao interior do qual o receptor do original efetua a sua leitura do texto. Aqui, embora o recurso adotado possa ainda ser a observação parentética ou nota do tradutor, uma solução do tipo: **Cachaça, a sugar cane brandy-**, não pode pretender resgatar toda a rede associativa de imagens referenciais que o termo automaticamente ativa em qualquer falante brasileiro do português (cf.p.50).

Não há, como vemos, um padrão exato para lidar com a questão; o tradutor deverá fazer opções que julgar adequadas a cada situação com que estiver lidando. Isso

evidencia a imposição da língua, que não se separa do sujeito; evidencia, também, que a busca por categorização só se concretiza como busca, não há fechamento. Embora Aubert busque uma categorização para explicar um funcionamento geral da tradução, o autor acaba caindo na particularidade (cf. pp.51-52).

Contrariando a sua asserção de que “para além de um (in)certo limite, o segundo texto deixa de ser tradução do primeiro”, após admitir a complexidade de se avaliar uma tradução, ele admite que esse limite não pode ser fixado e recai na particularidade, no âmbito, portanto da inevitabilidade da intervenção do tradutor, afirmando:

Em suma, não parece ser possível estabelecer um critério único e geral de aceitabilidade ou não dos desvios, cabendo efetuar, caso por caso, uma avaliação global (e não apenas inspirada em uma lingüística ou uma estilística comparada) que focalize, com elevada prioridade, a maior ou menor coincidência de intenções comunicativas entre os participantes *daquele* ato tradutório em particular. (pp.84)

Afinal, em que medida é aceitável o desvio do texto traduzido em relação ao original? Aceitar o desvio da forma como Aubert o faz - “traduzir é desviar”- é corroborar a impossibilidade de apagamento e a aceitação de um tradutor produtor de sentidos. Entretanto o teórico, na constituição de sua teorização, necessita de um lugar de estabilidade que as suas respostas abalam. Esse movimento evidencia o *double bind* e revela que a tradução é um acontecimento, o que significa que ela vai desviar, já que o sujeito é um produtor de sentidos.

### 3.3 TRADUTOR AUTÔNOMO: o limite para o desvio na tradução?

Ao retomar a terceira questão – Até que ponto a diversidade imposta pelas línguas e culturas de partida e de chegada do ato tradutório constitui efetivamente um conjunto de “servidões” que se impõem ao tradutor?-, cogita de situações que a sua reflexão, de alguma forma, já superou:

Como se pôde verificar nos capítulos precedentes, as exigências – lingüísticas, culturais, sociais, comunicativas, subjetivas – colocadas à tradução são freqüentemente conflitantes, contraditórias. Diante de tal situação, a visão do tradutor como sujeito a uma multiplicidade de servidões implicaria como que seu “esquartejamento”, sua aniquilação e, no limite, a impossibilidade de satisfazer de maneira integral a qualquer uma das exigências postas ao ato tradutório. A anulação de sua presença, o requisito do “apagamento”, constitui, portanto, caminho certo e predeterminado para pré(julgar) o tradutor como intrinsecamente incompetente e seu trabalho como inevitavelmente inadequado. (1994a:81)

Esse retorno talvez diga respeito ao fato de o autor não ter assumido as conseqüências de considerar o tradutor um produtor de textos. Por isso ele precisa retornar à visão de tradução que critica, recuperando a possibilidade de apagamento, para justificar a construção de um tradutor-árbitro, conciliador, administrador de conflitos, gerenciando e negociando as soluções e os compromissos possíveis. Quando assume o tradutor como produtor de texto; está redefinindo o papel do tradutor em relação à visão de tradução que critica; todavia se desvia e, quando trata da diversidade na tradução, não pensa o papel do tradutor a partir da sua própria crítica, retorna à visão

que combate para instituir um tradutor mediador, o que sugere uma diferença entre o tradutor/produtor da primeira questão e o tradutor-árbitro da terceira questão, pelo qual o autor faz opção. Esse tradutor é responsável pela conciliação entre os diversos requisitos, como administrador dos conflitos, gerenciando e negociando, passo a passo, as soluções possíveis (cf.p.85).

A diferença suposta, todavia, entre tradutor/produtor e tradutor/árbitro, Aubert a desfaz, tentando mantê-la, quando aponta que o tradutor estará administrando “soluções possíveis”. Quem decide esse “possível” é o tradutor no momento da produção. Quero mostrar que, de qualquer forma, o tradutor intervém na língua e sua autonomia se justifica em face dessa intervenção e a tradução acontece. Se ele já admitira que não há possibilidade de apagamento e que o tradutor é produtor de texto, por que, agora, instituir um tradutor-árbitro, gerenciador e conciliador de conflitos para justificar a sua autonomia? O que confere autonomia ao tradutor não é o grau de ligação que se estabelece entre as diferentes línguas e culturas; ele é autônomo por que não há possibilidade de seu apagamento e é produtor de sentidos. Mas a teorização aubertiana resiste e, ao mesmo tempo que busca entender a atuação do tradutor de um ponto de vista mais sistemático, aponta para a particularidade e para o conflito com a língua do qual o tradutor não se desvencilha.

Para entendermos melhor esse papel do tradutor como gerenciador, retomemos a questão (3) e vejamos como a diversidade entre línguas e culturas é tratada na teorização aubertiana em relação ao tradutor (sujeito). Retomemos as duas versões da questão 3:

Admitida a diversidade lingüística e cultural, sem as quais estaria prejudicada a própria razão de ser da tradução, até que ponto a diversidade constitui, efetivamente um conjunto de “servidões” impositivas? (p.08)

A diversidade imposta pelas línguas e culturas de partida e de chegada do ato tradutório constitui, efetivamente, um conjunto de “servidões” que se impõem ao tradutor? (p.79)

A primeira versão está comprometida com a crítica de uma concepção “tradicional” de tradução, que o autor propõe revisar; a segunda versão está comprometida com a discussão sobre códigos no ato tradutório e com a discussão sobre “factibilidade da tradução”. Essas discussões buscam vislumbrar a tradução como um produto acabado, mas acabam desviando-se desse objetivo e trazem à tona a particularidade e o impedimento de sistematização; trazem à tona o acontecimento da tradução.

Ao levantar a questão referente à diversidade entre códigos e culturas, Aubert lembra, também, uma discussão sobre a “factibilidade do ato tradutório”, o que poderíamos melhor delinear como a possibilidade da tradução. O autor necessita mencionar essa discussão, já feita por Mounin (1975), para dar sustentação aos eixos que vão presidir a sua abordagem. Entretanto, não a retoma do ponto em que Mounin chegara, o que não constitui um avanço. Pode-se argumentar que não é esse o seu objetivo, por outro lado ele simplifica a questão da impossibilidade da tradução, tão ricamente tratada. É preciso lembrar que não são feitas restrições à execução da tradução, quando Mounin levanta a questão da impossibilidade da tradução:

A atividade de tradução suscita um problema teórico para a lingüística: se aceitarmos as teses correntes a respeito dos léxicos, das morfologias e das sintaxes seremos levados a afirmar que a tradução deveria ser impossível. Entretanto, os tradutores existem, eles produzem, recorreremos com proveito às

suas produções. Seria quase dizer que a existência da tradução constitui o escândalo da lingüística contemporânea. (1975:19)

O que Mounin aponta é que há um problema teórico envolvendo tradução e lingüística. Aubert lembra a polêmica da impossibilidade da tradução, mas ao mesmo tempo deixa-a de lado, esquece a crítica que Mounin faz a partir da lingüística. E é na lingüística que ele buscará respaldo teórico para a própria tradução, que considera em termos de ato tradutório. Centra em eixos básicos a questão da diversidade:

(1) se, a despeito das peculiaridades estruturais de cada língua, que excluem, *a priori*, a existência de correspondências biunívocas entre quaisquer dois códigos, existe algum plano (substância do conteúdo, significação contextual, ou qualquer outro designativo que se lhe queira atribuir) em que se possa vislumbrar uma universalidade ou, pelo menos, um paralelismo suficiente para assegurar uma relação de equivalência; (2) se a visão de mundo imbricada a cada idioma é tão inerente e específica do mesmo que qualquer tentativa de tradução necessariamente redunde em fracasso, ao menos no que tange a este aspecto cosmogônico, essencial a qualquer texto que não constitua o discurso de uma álgebra pura (1994:29-30).

A partir da dicotomia língua e fala, defende que o que possibilita a ligação entre os dois códigos é a equivalência. Assim, as mensagens não são idênticas, mas se aproximam o suficiente (sem se confundirem) para que uma seja percebida como a tradução – a equivalência da outra (cf.pp:32). As duas noções (tradução/equivalência) – note-se que ele não fala ato tradutório – como que se fundem e a equivalência se mostra como o que há de palpável e estável na tradução.

Entretanto, é preciso lembrar mais uma crítica feita por Mounin, quando ele discute sobre equivalência e possibilidade da tradução. Partindo da noção de equivalência proposta por Nida, segundo a qual a tradução consiste em produzir na língua de chegada *o equivalente natural mais próximo* da mensagem da língua de partida, em primeiro lugar no que diz respeito à significação e em seguida no que diz respeito ao estilo, ele alerta que se estaria ainda dentro de uma visão fixista e antidialética, se imobilizássemos esta fórmula e acreditássemos que, considerando duas línguas e mais uma mensagem e sua tradução, esse *equivalente natural mais próximo* seria dado uma vez por todas. A tradução sempre pode ter início, pelas situações mais claras, pelas mensagens mais concretas, pelos universais mais elementares. Tratando-se porém de uma língua considerada em conjunto – inclusive as mensagens mais subjetivas – através da investigação de situações comuns e da multiplicação de contatos susceptíveis de trazer esclarecimentos, a comunicação pela tradução sem dúvida alguma nunca chega a estar verdadeiramente concluída, o que significa, ao mesmo tempo, que ela nunca chega a ser inexoravelmente impossível (cf.1975:252).

Esse fixismo, anteriormente referido, Aubert não o combate na sua reflexão, tampouco encara o problema do intraduzível de uma perspectiva dialética como Mounin sugere (cf.pp.250-251). Insiste na discussão da diversidade como obstáculo que deve ser superado, não abrindo mão dos pressupostos da lingüística.

Quanto à diversidade cultural, Aubert discute essa questão no âmbito da “visão de mundo” imbricada em cada código, admite que o termo “visão de mundo” é algo vago e busca delinear a abrangência desse conceito. Para ele, essa visão de mundo corresponderia a um conjunto de representações da realidade que se encontram entremeadas na estrutura e no uso de determinada língua (cf.Aubert, 1994a:35). Nesse

ponto, língua e fala se entrelaçam e o que chama de “ato tradutório” não se coloca tão definidamente no plano da fala.

Na tentativa de delinear melhor as manifestações de visão de mundo, aponta, em termos de estrutura lingüística, a adoção de um dos gêneros gramaticais como não-marcado, genérico, em detrimento dos demais marcados; no uso dos conceitos de dezena, dúzia, vintena; na existência ou inexistência morfológica do subjuntivo, do ergativo. Em termos do uso, entrevê-se a questão das visões de mundo nas flutuações socioletais, dialetais, sincrônicas, nos registros formais e informais (cf.p.36). Mas, segundo ele, esses elementos – lexicais, morfológicos, sintáticos e textuais – por si sós não proporcionam uma imagem completa do conceito de visão de mundo, tal como se manifesta ou se institui na língua. E ele conclui que *vivenciar o mundo é algo que se faz, através da linguagem, instituindo relações de intimidade com o mundo*. Sugere a intervenção do sujeito, mas não a discute. E insiste no argumento de inviabilidade da operação tradutória, para provar a possibilidade de comunicabilidade entre mundos (cf.pp.37-38). A partir da discussão dessa questão, conclui:

A visão de mundo não constitui um conjunto uniforme e inflexivelmente uniformizante de valores, nem é o código lingüístico um monolito imagético, uma camisa de força do pensamento e da sensibilidade [...] Tendências históricas, artísticas, econômicas e ideológicas diferentes, individualidades racional e emocionalmente díspares encontram abrigo e dizibilidade sob a égide de um mesmo código formal, que assegura sua função social precisamente por proporcionar tal dizibilidade intersubjetiva e intergrupala. (pp.39-40)

Para Aubert, não se trata de considerar o vínculo língua/visão de mundo como algo irreduzível e imóvel. Pois institui-se uma relação tanto/quanto. A língua incorpora

em sua estrutura formal e em seu uso social e histórico todo um repositório cultural, antropológico, imagético, que delineia um primeiro quadro de apreensão e expressão do mundo com um determinado conjunto de matizes difíceis, para não dizer impossíveis, de serem reencontrados, na mesmíssima configuração de valores em outro idioma. Mas essas configurações são mais ou menos instáveis, quer estruturalmente quer em termos de uso. Dependem, basicamente, do grau de estabilidade interna dos subsistemas fonológico, morfossintático e semântico do código em questão, do grau de estabilidade interna da comunidade sociolingüística pertinente e de sua maior ou menor exposição aos contatos externos (cf p.41).

A partir dessa discussão, conclui que a relação entre língua e visão de mundo não é tão inerente e específica a ponto de conduzir ao fracasso qualquer tentativa que inclua, entre outros propósitos, o resgate dessa mesma visão de mundo. O autor lembra ainda que também não podemos aceitar a neutralidade na relação língua/visão de mundo:

essa relação, motivada e essencial em vários planos, não é nem inflexível nem estática: impõe dificuldades evidentes, não muralhas intransponíveis. Varia, em intensidade, de texto a texto e, talvez mais ainda, de uma situação tradutória para outra, exigindo uma avaliação caso a caso. Não constitui mais uma servidão e sim mais um desafio. (p.42)

Para confirmar que o tradutor é autônomo e não servil, Aubert precisa discutir a relação entre língua e “visão de mundo” e apenas após concluir que essa relação não é tão inerente que, então, assume que a diversidade lingüística e cultural não pode constituir “um conjunto de ‘servidões’ impositivas” para o tradutor. Ao longo de sua teorização sobre a diversidade não cogita qual seria o papel do tradutor frente às

diferenças entre línguas e culturas, prefere tratar a questão em termos da possibilidade da tradução, desviando-se da questão da intervenção do tradutor, da mesma forma que se desvia desta questão a propósito da resposta dada à questão 3, quando institui um tradutor-mediador, tendo acabado de afirmar que o tradutor é um produtor de textos. Por que a duplicidade? O que ou quem sustenta esses desvios?

No conjunto dessa discussão sobre os desvios da tradução, Aubert se desvia ao reformular as questões apresentadas; se desvia ao tratar a tradução como ato tradutório; precisa desviar-se do processo da tradução; desvia-se, ao tratar da diversidade; desvia-se da intervenção do sujeito, mas a língua promove seus desvios, também, e o teórico não está livre de sua imposição, não está livre da tradução, duplamente, necessária e impossível.

### CAPÍTULO III

#### 1. *DOUBLE BIND* E NÚCLEO INTACTO: a resistência da tradução à sistematização em Francis Henrik Aubert.

Retomemos as perguntas: por que a duplicidade teórica de Aubert? O que ou quem sustenta esses desvios? Alguma resposta busco no que considero conflitos teóricos de Aubert, que revelam, através da língua, que a tradução é necessária e impossível; é, dessa maneira, nessa necessidade como impossibilidade, resistente à sistematização, provocando, ao infinito, desvios e revelando o *double bind*. Toda a leitura que proponho para o que chamo de conflitos teóricos de Aubert está comprometida com a desconstrução do conceito saussuriano de signo, proposta por Jacques Derrida, e com as conseqüências que daí advêm, para a tradução.

Derrida, ao desconstruir o conceito de signo, parte da teorização saussuriana e indica um “ponto cego”: de um lado, Saussure assinalou contra a tradição que o significado era inseparável do significante, que o significado e o significante são duas faces de uma mesma e única produção; e, também, ao sublinhar os aspectos diferencial e formal, mostrando que o som não pertence a si próprio e que não é fônico, Saussure contribuiu para voltar contra a tradição o conceito que lhe tomara emprestado. De outro lado, ele se mantém atrelado à tradição. Mantém a equação entre o *signatum* e o conceito, deixando aberta a possibilidade de pensar um conceito significado em si próprio, na sua simples presença ao pensamento, na sua independência em relação à

língua, isto é, em relação a um sistema de significantes. Ainda, confirma a tradição à medida que privilegia a fala, tudo que liga o signo à *phoné*, e elege a lingüística como “padrão” da semiologia. Para Derrida, o tema do arbitrário é, assim, desviado dos caminhos de sua fecundidade para uma teleologia hierarquizante (cf.1972:28-30).

É a desestabilização deste conceito metafísico de signo que supõe um significado presente a si, passível de resgate, que Derrida propõe, ao mostrar que nunca temos nem teremos contato com qualquer “transporte” de significados puros que o instrumento - ou o “veículo”- significante tivesse deixado virgem e intacto, de uma língua para outra, ou no interior de uma mesma e única língua (cf.p.30). A desestabilização desse conceito implica, então, a fusão entre significado e significante, que nos remete à fusão entre sujeito e objeto. Não se trata de confundir “conceitos”, como nos alerta o próprio Derrida (cf.1972:30), mas de considerar que:

Dentro dos limites em que é possível, em que pelo menos parece possível, a tradução pratica a diferença entre significado e significante. Mas, se esta diferença não é pura, a tradução também não o é, e temos de substituir a noção de tradução por uma noção de *transformação*: transformação regulada de uma língua por outra, de um texto por outro.

A partir dessa noção de tradução como transformação, desmistifica-se a noção de sujeito isento e senhor da verdade, já que o sentido é sempre diferente e diferido. Não há a possibilidade da plenitude. Não há possibilidade, na tradução, da “restituição” do “original”. O que é possível é transformar um sentido, que o sujeito não domina já que a relação significado/significante não é pura. Segundo Derrida não, há nada que precede a diferença (*différance*) e o espaçamento:

Não há nenhum sujeito que seja agente, autor e senhor da diferença e ao qual esta sucede eventual e empiricamente. A subjetividade – como a objetividade – é um efeito de diferença, um efeito inscrito num sistema de diferença. É por isso que o *a* da *diferença* lembra também que o espaçamento é *temporalização*, desvio, prazo, pelo qual a intuição, a percepção, a consumação, numa palavra a relação com o presente, a referência a uma realidade presente, a um *ente*, são sempre *diferidos*. Diferidos justamente em razão do princípio de diferença que quer que um elemento apenas funcione e signifique, apenas tome ou dê “sentido”, quando remete para um outro elemento passado ou futuro, numa economia das marcas. (p.38)

Desse ponto de vista a tradução nunca é plena e não se deixa dominar. Comentando o mito de Babel, quando Deus impõe e opõe seu nome, a sua lei aos Semitas, Derrida anuncia o *double bind* – necessidade e impossibilidade da tradução. Ele afirma que, quando Deus impõe e opõe seu nome, ele rompe a transparência racional mas interrompe, também, o imperialismo linguístico, destinando-os à tradução, sujeitando-os à dupla lei da tradução necessária e impossível. Além disso, a tradução torna-se lei, dever e débito, mas um débito do qual ninguém se desvencilha (cf. 1985a: 174). O *double bind* está na lei. Por isso não nos desvencilhamos do débito ao mesmo tempo que a transparência está impedida (cf. p. 184). Dessa perspectiva é que se diz que tradução é transformação e o *double bind* mostra isso. Sobre a relação do *double bind* com a língua, Ottoni comenta:

É só através do *double bind* que um texto se faz outro ao evidenciar que a diferença de sentidos não é privilégio das diferenças e diferentes línguas, mas de como esta diferença está marcada na língua do tradutor. E como ele não

consegue se libertar da imposição de sua língua [...] a tradução inevitavelmente promove a língua e a faz transbordar. (1997:5)

Como venho discutindo, a tradução instaura-se em termos de um duplo endividamento – necessidade e impossibilidade -, um *double bind*, que, de acordo com Derrida, “está na lei” e é “insolvente em ambos os lados” (cf.pp.184-185). A partir dessa postura defendo, em concordância com Ottoni, que o *double bind*, através da língua, revela a resistência da tradução à sistematização, ao estabelecimento de um mecanismo previsto que dê conta da relação sujeito (tradutor)/objeto (língua).

Ao comentar a resistência à análise, Derrida (1996) levanta considerações sobre o *double bind*, das quais me aproprio para discutir a maneira como a teorização de Aubert encena a resistência à sistematização. Para Derrida, o *double bind* perturba toda análise, uma vez que, em sua resistência, desestabiliza as oposições binárias e hierarquizantes que autorizam todo princípio de distinções tanto no discurso ordinário quanto no discurso filosófico ou teórico. Dessa perspectiva, por definição, não se assume o *double bind*, nada se pode além de sofrer sob a sua paixão. Além disso, jamais ele é analisado integralmente; uma vez que não se pode desfazer um de seus nós sem dele desfiar um outro. Assim, se não se assume o *double bind*, mas se suporta de várias maneiras, se todas as paixões são irremediavelmente marcadas pela singularidade, se ele jamais é um e geral, mas a disseminação infinitamente divisível de seus nós, de milhares e milhares de nós de paixão, é que sem ele e sem a aporia que determina não existiria nada além de programas ou causalidades, nem mesmo de fatalidades, e decisão alguma teria lugar. Nenhuma responsabilidade, nenhum acontecimento teria lugar. Nem mesmo a análise. Sequer o próprio lugar (cf.pp46-52).

Essa reflexão sobre o *double bind* é feita a partir da língua como sendo o lugar da intervenção do sujeito. Em outras palavras, o sujeito intervém na língua e é afetado por ela; por isso, em face dessa fusão entre sujeito e objeto, é que as “oposições binárias” são barradas e o que tem lugar é a disseminação. Se há língua, há resistência e *double bind*.

Assim, concordo com Ottoni quando, a partir de uma reflexão derridiana, discute que a atitude de dividir em dois momentos os estudos da tradução (de um lado a abordagem estrutural e formal de base lingüística e de outro as concepções pós-estruturalistas) é apressada e deve ser discutida com mais prudência (1998a:01). No interior da própria abordagem estrutural e formal de base lingüística já se evidenciava de certo modo a resistência da tradução a modelos teóricos, quando Mounin (apud Ottoni1997:127) colocava a questão da impossibilidade da tradução, a partir de um ponto de vista teórico de uma lingüística estrutural e formal. O que está na base da necessidade de prudência apontada tem relação com essa noção de resistência. Não são desconsideradas as diferenças “teóricas” entre as abordagens estruturalistas e pós-estruturalistas. A tradução vista como transformação não deixa intactos esses pólos (estruturalismo/pós-estruturalismo), reinscrevendo-se numa economia de resistência encenada pelo *double bind*.

Quando busca constituir uma ciência da tradução, Aubert, assim como Mounin, volta para as bases teóricas de onde parte “problemas” que não encontram solução esperada nessas bases, o que revela a resistência da tradução à sistematização. À medida em que discute as limitações e dificuldades em busca da constituição de um projeto de “ciência da linguagem”, encena o *double bind*, revelando a resistência:

O lingüista, sobretudo, vê-se em posição pouco privilegiada nesse embate, pois os instrumentos de que dispõe – modelos teóricos em constante

mutação – parecem ainda por demais frágeis e limitados em sua abrangência para lidarem adequadamente com a realidade multifacetada da tradução. E esta fragilidade e esta limitação são acentuadas pelos estritos parâmetros impostos por seu objetivo maior – o de planejar e executar uma ciência da linguagem obrigando-o a fazer ouvidos moucos ao subjetivo, propaladamente um dos elementos essenciais do ato tradutório. (1984:71)

Aubert reconhece a dificuldade em lidar com a realidade multifacetada da tradução, por isso, para planejar e executar a ciência da linguagem, é preciso fazer “ouvidos moucos ao subjetivo”; ou seja, é preciso colocar a tradução em um lugar de estabilidade, distanciado do subjetivo. É preciso, portanto, idealizar a possibilidade de esquecimento do subjetivo.

Arrojo (1992) já apontou uma ambivalência na reflexão de Aubert. Segundo a autora, a sua posição é exemplar tanto como lingüista quanto como teórico que analisa seu objeto a partir de uma perspectiva logocêntrica. De um lado, como teórico, considera seu objeto “rebelde”, ou seja resistente às investidas das teorias que tentam sistematizá-lo, normatizá-lo, controlá-lo, torná-lo previsível e determinável. De outro lado, como lingüista, admite a “fragilidade e a limitação” dos modelos teóricos disponíveis “para lidarem adequadamente com a realidade multifacetada da tradução”, reconhecendo, segundo a teórica, que essa fragilidade e essa limitação se associam ao objetivo maior que a própria lingüística persegue: uma busca de “cientificidade” que a obriga a “fazer ouvidos moucos” ao subjetivo ou, em outras palavras, à perspectiva, à visão e ao contexto de um sujeito interpretante (cf. Arrojo 1992:69).

De forma pertinente a autora aponta o conflito que o próprio Aubert anuncia: a admissão da resistência do objeto ao controle e a busca de estabilidade deste objeto, a

busca de uma cientificidade calcada no apagamento do subjetivo. No entanto, Arrojo segmenta a posição de Aubert de forma linear, ao definir que ele analisa o seu objeto a partir de uma “perspectiva logocêntrica”, de tal forma que esse termo “perspectiva logocêntrica” representaria um lugar estático, onde a relação sujeito/objeto seria encarada, ingenuamente, como duas instâncias separadas e estanques. Entretanto, embora o teórico busque a pureza da relação sujeito objeto, seu embate no jogo da teorização revela “impurezas”.

Ao definir a teorização de Aubert em termos de um lugar puro, em termos de dois pólos antagônicos, em termos de uma perspectiva logocêntrica, Arrojo pode deixar supor que há outra perspectiva que não o seja e que haveria um lugar (logocêntrico) em que a separação sujeito/objeto seria possível; quando o que é possível é a idealização, a ilusão ou o desejo de separação. Em outras palavras, não há um lugar fora disso que se chama “logocêntrico”, é no interior mesmo desse lugar “logocêntrico” que o *double bind* se instala, que o conflito pela apropriação é encenado. Tentar fixar um lugar “logocêntrico” pode conduzir à suposição de que haja uma dicotomia entre logocêntrico e não-logocêntrico, mas essa construção também não se sustenta, pois o sujeito intervém na língua e é afetado por ela, seja em que pólo estiver. Quando questionado sobre os limites “logocêntricos e etnocêntricos” dos modelos de signo e seus correlatos – estrutura e comunicação -, Derrida mostra que não há ruptura decisiva, nem unicidade em um “corte epistemológico”. Os cortes reinscrevem-se numa textura antiga que é preciso continuar a desfazer (cf.1972:33-34). A partir dessa reflexão, concordo com a necessidade de prudência sugerida por Ottoni em relação à divisão entre teorias estruturalistas/abordagens pós-estruturalistas. E aponto que uma abordagem “não-logocêntrica” se constituiria do interior de uma abordagem “logocêntrica”, reinscrevendo em uma textura antiga, para transformá-la.

Levando em consideração todos esses aspectos abordados, aceito a ambivalência apontada por Arrojo acerca da reflexão aubertiana, entretanto quero ressaltar que Aubert se coloca em um lugar teórico em que o limite puramente “logocêntrico” – nos termos de Arrojo - não abarca a complexidade da reflexão desse autor. O rótulo “logocêntrico” supõe uma pureza e linearidade que não se sustenta em face do *double bind* encenado pela reflexão aubertiana. Considero que o movimento da reflexão do autor encena mesmo a resistência da tradução à domesticação e de outro lado apresenta tentativas de amenizar essa resistência, buscando domesticar o que sabe não domesticável. Não há linearidade entre a admissão e a ação do autor. O que o “obriga a fazer ouvidos moucos ao subjetivo” não é a “perspectiva logocêntrica”; mas a necessidade de estabilidade que o direciona à tentativa de controle daquilo que impede a domesticação da tradução. Em outras palavras, o que o “obriga a fazer ouvidos moucos ao subjetivo” é a necessidade de sistematizar o que não possibilita a sistematização. Ele precisa esquecer o subjetivo para constituir uma “ciência da linguagem” e, para encenar a domesticação da tradução, precisa negociar construções que jogam no limiar da necessidade e da impossibilidade.

A língua, na teorização de Aubert, dá lugar ao indecível, ao conflito, à interferência do sujeito, mas, ao tratar de tradução, não aceita a indecidibilidade e idealiza o controle. Ao longo da sua teorização, a negociação que precisa implementar traz à tona uma superposição de “conceitos” de língua: de um lado, a língua vista como o “lugar” do indecível e de outro a língua como “lugar” da estabilidade. Ele negocia a sua “teoria de tradução” no interior dessa duplicidade, que tenta controlar por meio de construtos e modelos.

Na base da elaboração desses recursos de controle está a ilusão, o desejo por um núcleo intacto, por uma língua livre de “impurezas”, livre de “instabilidades”; o desejo por uma língua intacta. Discutindo esse desejo por um núcleo intacto, Derrida afirma

que esse desejo ou o *fantasma* do núcleo intacto é irreduzível (não pode ser reduzido), a despeito do fato de que não há um núcleo intacto. Ele estabelece um jogo entre as três “palavras” desejo, necessidade e *anankê*. *Anankê* é o que deflagra que não há nem nunca houve um núcleo intacto. É o que se quer esquecer, e esquecer que se esqueceu (cf. 1985b:115-116). Sobre o desejo pelo núcleo intacto, ele conclui o seu argumento:

Esse *fantasma*, esse desejo por um núcleo intacto move todo tipo de desejo, todo tipo de língua, apelo, endereçamento. Esta é uma necessidade premente, uma necessidade terrível. Mas, assim como sem o desejo pelo núcleo intacto que não existe, sem o desejo pelo intocável, pela virgindade (o tabu sobre virgindade tem uma relação essencial com tudo isso) – sem o desejo por virgindade, nenhum desejo, qualquer que seja, se moverá; da mesma forma que sem Necessidade e sem o que interrompe e impede este desejo, o desejo ele mesmo não se revelaria. Não sei como denominar isso, a não ser de Necessidade com N maiúsculo, alguma coisa sobre a qual nada se pode fazer. (p.116)

A reflexão de Derrida traz à tona o *double bind*: o desejo por um núcleo intacto **que não existe** (ênfase minha), sem o desejo pelo intocável nenhum desejo se moverá: sem o desejo de apropriação do original, não existe tradução. É uma necessidade premente que nos impele. Sem a Necessidade e sem o que interrompe e impede este desejo, o desejo ele mesmo não se revelaria. Há uma necessidade, um desejo por um núcleo intacto, que não existe; então, essa necessidade, esse desejo é interrompido e impedido. Isso deflagra o *double bind*. É algo contra o que nada se pode fazer. Ou seja, nada se pode fazer contra o *double bind*, pois não se assume o *double bind*, mas se suporta de várias formas. Se ele jamais é um e geral, mas a disseminação infinita de

seus nós, é que, sem ele e sem a aporia que determina, decisão alguma teria lugar (cf. Derrida, 1996:52).

Aubert, ao tentar sistematizar o *double bind*, não foge aos efeitos provocados pela imposição da língua; por isso precisa lançar mão do “estável” e “único” da língua para tentar sistematizar o jogo entre necessidade e impossibilidade. Este jogo está na base de sua reflexão. Para Aubert, a “língua é instável”, “a tradução é de natureza multifacetada”, “o texto é provisório”, “o compromisso de fidelidade não é auto-evidente”, “é impossível o apagamento do tradutor”, “traduzir é desviar”; e, permeando a sua reflexão sobre tradução, que é uma tentativa de sistematização de uma prática, está a busca de um lugar de estabilidade que limite a instabilidade da língua, a multiplicidade na tradução, a provisoriedade do texto, a intervenção do tradutor. Então, sugere opções como: “instabilidade relativa da língua”, “interpenetrabilidade relativa entre língua e cultura”, “tradução cultural relativamente possível”, “literalidade relativamente possível”, “modelo integral da tradução”, “modelo de quantificação de dados em tradutologia”, (in)fidelidades de tradução. Essas construções, inclusive a reelaboração das questões analisadas no capítulo II, respondem pela tentativa de fixar um núcleo em torno do qual o tradutor se encontra; e respondem, também, pela deflagração do impedimento desta fixação.

A teorização de Aubert encena isso a todo momento: o desejo de estabilidade da tradução, o desejo por um lugar de apreensão do *double bind*, impulsionado pelo *fantasma*, pela fantasia da língua intacta. Por isso, na sua reflexão acerca da língua e da tradução, reconhece nas línguas algo que denomina “estável” e “único” e reconhece, também, as resistências dessas línguas à “ação livre de seus autores”, no caso a resistência dessas à tradução:

Assim como o artista plástico é trazido para o enfrentamento entre sua concepção artística e a resistência de seu material de trabalho, e faz deste conflito a verdadeira expressão de sua apreensão subjetiva da realidade, também as línguas e as linguagens oferecem, no que têm de estável e de único, resistências variadas à ação livre de seus autores. (1995a:34)

A partir da analogia, levanto a hipótese de que, se as línguas oferecem resistências à ação em face do que têm de estável e único, este “estável” e o “único” é intocável. Na discussão de Aubert este “estável e único” responderia pelo limite da instabilidade da língua, o que facultaria a possibilidade da tradução, dentro do modelo que propõe. Ele necessita negociar com o “estável” e “único” que atribui à língua para colocar essa mesma língua em termos de uma instabilidade relativa, a partir da qual buscaria negociar a possibilidade da tradução, barrada pela instabilidade, já que a língua para ele é histórica, social e temporal. Ou seja, a instabilidade relativa refere-se ao lugar de resolução da resistência da tradução à apropriação.

A analogia evidencia que: de um lado, o material de trabalho do artista plástico oferece resistência quando o artista deste se apropria para trazer à tona a sua interpretação da realidade; de outro lado, a língua, no que tem de estável e único, oferece resistência à apropriação. Assim, o tradutor ao lidar com o conflito – ao enfrentar as resistências oferecidas pelas línguas – conta, nos termos de Aubert, com o estável e único, que são um núcleo intocável e inatingível, fruto de idealização. Ora, se há resistência à apropriação, tal como reporta Aubert, é porque não há núcleo.

O recurso ao estável e único revela a busca de resolução das resistências que a língua nos impõe em situação de tradução. O núcleo “estável” e “único”, embora intocado e intocável, vislumbra a promessa de conciliação entre a língua do “original”, a

língua do tradutor e a língua da tradução; é a promessa de resolução do *double bind*, que nunca se realiza.

Derrida, ao discutir a questão do núcleo abordada por Walter Benjamin, aponta que o recurso ao núcleo estável responde pelo contrato da tradução, pela promessa de reconciliação que se realiza apenas como promessa. Quando discute sobre a questão da “verdade”, lembra que Benjamin afirmara que na tradução o original é alargado; ele cresce mais do que se reproduz. E Derrida acrescenta que, como uma criança com o poder de falar por si é mais que um produto sujeito à reprodução, essa promessa sinaliza um reino que é ao mesmo tempo prometido e impedido onde as línguas se reconciliariam e se completariam. A reconciliação na tradução é prometida em face de um núcleo intocável, que nunca é atingido, já que é idealizado:

Esse reino nunca é tocado, nunca é atingido, nunca é tomado pela tradução. Há algo intocável, e nesse sentido a reconciliação é apenas promessa. Mas a promessa não é nada, esta não é simplesmente marcada pelo que falta para ser completado. Como promessa, a tradução é ainda um evento e a assinatura decisiva de um contrato. Seja ele honrado ou não, isto não previne de ser o compromisso firmado e de ser registrado. (1985a:191)

A luta de Aubert pela reconciliação o conduz a uma tentativa de fixar uma forma de romper as referidas resistências, mas a tentativa revela que qualquer “solução” é provisória e se presta a um dado momento e situação e, portanto, não se fixa. Então, o recurso ao “estável e único” se presta a uma idealização de resolução das “resistências variadas à ação”. Ao tentar lidar com o *double bind* que a língua revela, recorre a estratégias de controle que só evidenciam mais ainda a dispersão.

A discussão em torno da natureza instável das línguas serve ao propósito de detectar ali a estabilidade. Vale dizer que, para ele, nesse contexto de instabilidade há “algo” que responderia pela estabilidade, a partir do que se poderia vislumbrar a possibilidade de limite da instabilidade. Após afirmar que a língua é um composto estrutural e histórico e que é por natureza instável e que a estrutura também é instável, Aubert busca na lingüística hjelmsleviana um conceito de língua que sustentaria um núcleo de estabilidade que, embora intocado e intocável, autorizaria a idealização da instabilidade relativa, do estável no instável. Por isso ele afirma:

Assim o conjunto complexo estrutura + uso, que denominamos coletivamente língua, se caracteriza pela instabilidade relativa, por um estado de “por-vir”, por uma in/estabilidade que assegura, concomitantemente ainda que conflituoso, a coesão sócio-discursiva e a individualização, que sustenta a permanência conceptual lado a lado com toda a flutuação espaço-temporal dos discursos.

Idealiza um lugar de estabilidade, de tal forma que, diante da situação de conflito, este poderia ser administrado, já que há uma permanência conceitual. E para levar adiante o seu projeto ele necessita (no sentido da Necessidade a que Derrida se refere) esquecer a arbitrariedade da língua e a convencionalidade dos conceitos. O autor necessita esquecer que “a permanência conceitual” ocorre em face de um contrato, de uma convenção; que os conceitos são convencioneados no interior de uma comunidade e por ela legitimados. Assim, Aubert necessita encenar, sem que o assuma totalmente, um lugar de estabilidade em todo o seu projeto e trajeto teórico sobre a tradução.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROJO, R. (1992) *Compreender x Interpretar e a Questão da Tradução*. In, **O signo Desconstruído**, organizado por Rosemary Arrojo. Pontes. Campinas, São Paulo.
- AUBERT, F. H. (1976 a) *Algumas Considerações sobre a Estrutura do Núcleo Verbal*. In Revista Brasileira de Linguística 3:1.
- \_\_\_\_\_ (1976 b) *Para uma Definição Estrutural da Silaba*. In Estudos Lingüísticos. Uberaba, FISTA.
- \_\_\_\_\_ (1976 c) *O Verbo Mandar e suas Correspondências em Inglês*. In Estudos Lingüísticos. Uberaba, FISTA. (Em co-autoria com STEINBERG Martha).
- \_\_\_\_\_ (1977) *Processos de Adjetivação em Português e Inglês*. In Sobre a Linguagem. Uberaba, FISTA.
- \_\_\_\_\_ (1978 a) *Regras de Combinatória Fonológica do português do Brasil*. In Estudos Lingüísticos I. São Paulo. GEL.
- \_\_\_\_\_ (1978b) *Preliminares para um estudo Perceptivo da Intoação Interrogativa em Português*. In Estudos Lingüísticos. São Paulo, GEL.
- \_\_\_\_\_ (1978c) *A Suprasegmentalidade*. In Foco Pressuposição. Uberaba, FISTA.
- \_\_\_\_\_ (1978d) *Foco, Sintaxe e Entoação*. In Foco e Pressuposição. Uberaba, FISTA.
- \_\_\_\_\_ (1978e) *Reflexões sobre o Ato Tradutório*. In Estudos Semânticos. Uberaba, FISTA. Republicado no Boletim da Associação Brasileira de Tradutores 4:2. (1979).

- \_\_\_\_\_ (1981a) *Descrição Perceptiva da Entoação da Frase Interrogativa em Português (variante mineira – Uberaba)*. In Português – Estudos Lingüísticos. Uberaba, FIU. (Em co-autoria com HOCHGREB, Norma).
- \_\_\_\_\_ ( 1981b) *Etapas do Ato Tradutório*. In Tradução e Comunicação (1),13-24.São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1983) *O Tradutor e seus Direitos*. In Folhetim – Folha de São Paulo. São Paulo (18 de setembro)
- \_\_\_\_\_ (1984) *Descrição e Quantificação de Dados em Tradutologia*. In Tradução e Comunicação (4), 71-82. São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1987) *A Tradução Literal: Impossibilidade, Inadequação ou Meta?* In Ilha do Desterro (17), pp.185-192, Editora da UFSC, Florianópolis .
- \_\_\_\_\_ (1988) *Fatores condicionantes do Valor de Mercado da Tradução*. In trabalhos de Lingüística Aplicada 11. IEL/UNICAMP.
- \_\_\_\_\_ (1989a) *A Pesquisa no Ensino de Tradução*. In O Ensino de Tradução. Anais do 3º Encontro Nacional de Tradutores. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- \_\_\_\_\_ (1989b) *A Fidelidade no Processo e no Produto de Traduzir*. In Trabalhos de Lingüística Aplicada 14. IEL/UNICAMP.
- \_\_\_\_\_ (1990a) *Perspectivas profissionais do Curso de Letras (II)*. In Anais da 1ª Semana de Letras. São Paulo, FFLCH/USP.
- \_\_\_\_\_ (1990b) *Centro Interdepartamental de Tradução e terminologia (CITRAT)*. In Anais da 1ª Semana de Letras. São Paulo, FFLCH/USP.
- \_\_\_\_\_ (1992a) *Problemas e Urgências na Interrelação Terminologia/Tradução*. In Revista Alfa 36. São Paulo.

- \_\_\_\_\_ (1992b) *Tradução, Lexicografia, e Terminologia Informatizadas*. Anais do XXXIX Seminário do GEL. (Em co-autoria).
- \_\_\_\_\_ (1993) *Informática e Tradução: Limitações da "Tradução automática"*. In Boletim da Associação Brasileira de Linguística, 14. São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1994a) **As (In)Fidelidades da Tradução: Servidões e Autonomia do Tradutor**. Ed. da Unicamp. Campinas. São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1994b) *Apresentação*. (Em co-autoria com Ieda Maria Alves). TradTerm 1. São Paulo, CITRAT/FFLCH/USP.
- \_\_\_\_\_ (1994c) *A Compilação Lexicográfica como Alternativa Emergencial à Descrição Terminológica Sistemática*. In TradTerm 1. São Paulo, CITRAT/FFLCH/USP.
- \_\_\_\_\_ (1995a) *Desafios da Tradução Cultural (As Aventuras Tradutórias de Askeladden)*, Tradterm 2, pp. 45-58, São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1995b) **Askeladden e Outras Aventuras** (uma antologia de contos populares noruegueses). Extraído de Asbjorsen e Moe, Samlede Eventyr. Oslo, Gyldental, 1936. 2ª edição. EDUSP. São Paulo. (Organização, apresentação e tradução).
- \_\_\_\_\_ (1995c) **Novas Aventuras de Askeladden**. Extraído de Asbjorsen e Moe, Samlede Eventyr. Oslo, Gyldental, 1936. São Paulo. EDUSP. (Organização, apresentação e tradução).
- \_\_\_\_\_ (1996a) *O Tradutor é um "mero" Tradutor?* In, Boletim do CITRAT, 4. FFLCH-USP. São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1996b) *Tradução e Universidade: a Formação de tradutores Profissionais*. In **Limites da Traduzibilidade** (Organizado por Luiz Angélico da Costa). Editora da Universidade Federal da Bahia. Salvador.

- \_\_\_\_\_ (1996c) *Logodiversity and Translation*. META XLI, 2. Canada.
- \_\_\_\_\_ (1996d) **Introdução à Metodologia da Pesquisa Terminológica Bilingüe**. Humanitas publicações – FFLCH/USP. São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1997) *Da Instabilidade Nasce a Tradutibilidade*. In Boletim do CITRAT (1) 6. FFLCH/USP. São Paulo.
- DERRIDA, J. (1972) **Posições**. Tradução para o português de Maria Margarida Correia Calvete Barahona. Lisboa. Portugal.
- \_\_\_\_\_ (1985a) *Des Tours de Babel*, in **Difference in Translation**. Tradução para o inglês de Joseph P. Graham. Cornell University Press.
- \_\_\_\_\_ (1985b) **The Ear of the Other**. Translated by Peggy Kamuf. Schocken Books. New York.
- \_\_\_\_\_ (1996) **Résistances de la Psychanalyse**. Paris: Éditions Galillé.
- FERREIRA, E. P. (1997) *Modelo Integral para a Atividade Tradutória: Possibilidade ou Ilusão?* Comunicação apresentada no XLV Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo. Unicamp Campinas.(a sair)
- MOUNIN, G. (1975) **Os Problemas Teóricos da Tradução**. (tradução de Heloysa Lima Dantas). São Paulo, Cultrix.
- OTTONI, P. R. (1996) *Compreensão e Interpretação no Ato de Traduzir – Reflexões sobre ao Enunciado e a Significação*. Versão Modificada. In, *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, nº.28. UNICAMP. Campinas, São Paulo. pp. 19-26.
- \_\_\_\_\_ (1997) *O Papel da Lingüística e a Relação Teoria e Prática no ensino de tradução*. In *Tradterm 4.1 - São Paulo*. pp.125-139.
- \_\_\_\_\_ (1998a) *Tradução Recíproca e Double Bind – Transbordamento e Multiplicidade de Línguas*. In, *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, número especial sobre tradução. Lisboa, Portugal. (a sair)

- \_\_\_\_\_ (1998b) *A Tradução é Desde Sempre Resistência: Reflexões sobre Teoria e História*. In, ALFA – Revista de Linguística, n° 41 – UNESP. São Paulo. (a sair)
- ROSS, S. D. (1990) *Translation as Transgression*. In *Hermeneutics and the Poetic Motion, Translation Perspectives* V. Binghamton.
- VENUTTI, L. (1995) **The translator's Invisibility - A History of Translation**.  
Routledge.